

Ladrões comemoram vitória da impunidade

STF dá marcha a ré e aceita que só pode afastar Aécio se Senado deixar

Antonio Cruz - ABR



Gilmar abre os bueiros e solta Barata e Eike da prisão domiciliar

A Segunda Turma do STF concedeu, na terça-feira (10), Habeas Corpus suspendendo em definitivo a prisão preventiva do empresário Jacob Barata Filho, do ex-presidente da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Rio de Janeiro (Fetranspor) Lelis Marcos Teixeira e de Eike Batista. A decisão confirmou a liminar anteriormente dada por Gilmar Mendes, que foi relator da matéria, e que soltou os bandidos da prisão. **Página 2**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Por 6 a 5, Supremo se submete a corruptos e envergonha o Brasil

A sessão do STF de quarta-feira ficará famosa pelos membros, inclusive sua presidente, que renegaram seus votos de poucos meses antes – quando Cunha foi afastado de seu mandato – e amesquinham a instituição, submetendo-a aos ladrões do Senado. Qual a diferença, perante a lei, entre o desclassificado Aécio Neves e o desclassificado Eduardo Cunha? Ficará famosa, também pelos cinco ministros – Fachin, Barroso, Fux, Rosa Weber e Celso de Mello – que recusaram rebaixar a sua dignidade e mantiveram seus votos e sua independência. **P. 3**

Temer só conseguiu um relator entre as vivandeiras da ditadura



O deputado Bonifácio (PSDB-MG) foi da UDN de 1954 a 1966 e conspirou contra Getúlio. Em seguida, logo após o golpe contra Jango, com o fechamento dos partidos, ele participou da fundação da Arena, o partido da ditadura. Foi vice na chapa de Paulo Maluf na eleição presidencial de 1989. **Página 3**



Metalúrgicos preparam dia nacional para deter reforma

Assembleia dos metalúrgicos das zonas Leste e Centro de São Paulo prepara greve e protestos no dia 10 contra a perda de direitos. **P. 5**

Crise da USP vira o principal tema na eleição para novo reitor

A eleição para o novo reitor da Universidade de São Paulo colocou no centro do debate a responsabilidade da atual gestão na crise que a instituição passa. Duas chapas despontam como oposição à gestão Zago, atual reitor da USP. O professor Ildo Sauer (Chapa 3) e a professora Maria Arminda (Chapa 2). **Página 4**

Isenção para as petroleiras pode chegar a 1 trilhão

Medida Provisória 795, proposta por Temer, pode reduzir a arrecadação da União com a exploração do pré-sal em R\$ 1 trilhão, diz estudo da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. **Página 2**

Guerrilheiro heroico recebe homenagem no Rio de Janeiro

Eventos marcaram os 50 anos de morte de Ernesto Che Guevara. Além de palestras no IFCS/UFRJ, a Alerj realizou Sessão Solene para homenagear o Comandante. **Página 2**



Ato na França repudia corte de direitos dos trabalhadores

Centenas de milhares de servidores foram às ruas contra o projeto de Macron que prevê arrocho e 120 mil demissões. **P. 6**

Maia quer parecer que está contrariado com Michel Temer

De olho nas eleições do ano que vem, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), coloca em andamento uma encenação para simular um suposto afastamento do peemedebista. O expediente serve ao propósito do parlamentar de fingir que guarda distância da impopularidade do presidente. Depois ele cola de novo em Temer, a exemplo do que ocorreu à época da primeira denúncia. O mais recente capítulo da representação de Maia ocorreu na terça-feira, quando ele anunciou que não vai colocar em votação mais nenhuma MP do Palácio. **Página 3**

Vendas do comércio varejista têm queda de 0,5%

Gilmar Mendes livra da prisão preventiva Barata e Eike Batista

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu, na terça-feira (10), Habeas Corpus suspendendo em definitivo a prisão preventiva do empresário Jacob Barata Filho, do ex-presidente da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Rio de Janeiro (Fetranspor) Leis Marcos Teixeira e de Eike Batista.

A decisão confirmou a liminar anteriormente dada por Gilmar Mendes, que foi relator da matéria, e que mandou soltar da prisão os corrupto, acusados de movimentar milhões em propina. Além de Gilmar Mendes, votaram pela liberdade do indigitado, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski.

Barata e Teixeira foram presos em julho na Operação Ponto Final da Lava Jato, acusados de envolvimento em um esquema de corrupção no setor de transportes do RJ, com a participação de empresas e políticos do estado, que teria movimentado R\$ 260 milhões em propina.

Eike Batista foi preso preventivamente no âmbito da Operação Eficiência, acusado pela prática dos crimes de corrupção ativa e lavagem de dinheiro. As investigações apontam que ele teria pago vantagem indevida ao então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, no valor de US\$ 16,5 milhões.

O ministro Edson Fachin votou contra a suspensão da prisão preventiva, que foi substituída por medidas cautelares, como a proibição de deixar o país e o recolhimento domiciliar no período noturno e nos fins de semana e feriados.

Em 2 de julho Barata foi preso em flagrante no Aeroporto do Galeão no Rio de Janeiro, tentando fugir do país. Em 17 de agosto, Gilmar Mendes libertou o bandido e voltou a fazê-lo, no dia seguinte, diante de novo mandado de prisão do juiz Marcelo Bretas devido a outro processo.

Em 2013 o ministro e a mulher, Guiomar Mendes, foram padrinhos de casamento da filha de Jacob Barata Filho com um sobrinho de Guiomar.

Isenção às múltiplas no pré-sal lesará Brasil em R\$ 1 trilhão



Divulgação

Afirma estudo da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados sobre a MP 795 proposta por Temer em prol das petroleiras

Tramitando em comissão mista no Congresso, a Medida Provisória 795, proposta por Michel Temer, pode reduzir a arrecadação da União com a exploração do pré-sal em R\$ 1 trilhão, segundo estudo da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados.

A medida propõe benefícios generosos às petroleiras que atuam no Brasil, a começar pela redução ou isenção da tributação sobre o óleo produzido, que beneficiará essencialmente empresas estrangeiras.

Para garantir que as multinacionais que participarão das 2ª e 3ª Rodadas de leilão de áreas do pré-sal (marcado para 27 de outubro) já sejam beneficiadas pelas medidas, a matéria tramita em regime de urgência e contava, até a última quarta-feira, com a defesa entusiástica do senador José Serra (PSDB-SP), presidente da comissão que analisa a matéria.

Na terça-feira (10), sem nenhuma explicação, o tucano deixou o cargo de presidente, seguido pelo deputado Júlio Lopes (PP-RJ), que também renunciou à função.

Serra foi autor do Projeto de Lei 131, que em janeiro de 2016 retirou da Petrobrás o direito de ser operadora única do pré-sal e escancarou o Brasil para as multinacionais do petróleo.

Os cálculos sobre o impacto da proposta do estudo da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados é de autoria dos consultores Paulo César Ribeiro Lima, da área de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos, e Bruno Alves da Rocha, do departamento de Orçamento e Fiscalização Financeira. De acordo com cálculos estimados, a renúncia de receita para o conjunto das medidas adotadas pela MP 795 (incluindo exploração do pré e pós-sal) será de R\$ 16,14 bilhões apenas em 2018, de R\$ 5,83 bilhões em 2019 e R\$ 7,79 bilhões em 2020.

Entre as medidas que, segundo o governo, visam “incentivar boas práticas internacionais” e “atrair investimentos”, está a adoção de uma nova base de cálculo de recolhimento da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquidos (CSLL) e do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) que deduza despesas dos processos de exploração e produção.

Conforme explica Paulo César Lima, os dois tributos são aplicados - tanto no regime de concessão, como no de partilha de produção - sobre a parte da remuneração da empresa contratada, denominada “excedente em óleo do contratado” já descontadas os custos de produção, assim como os royalties e excedente em óleo da União (quando é o caso). Portanto, a renúncia não faz qualquer sentido a não ser a de proporcionar maiores lucros às empresas estrangeiras.

“Com a edição da MP, a base de cálculo da CSLL e do IRPJ será reduzida de US\$ 23,2 para US\$ 1,2 por barril. Assim, esses tributos gerarão uma receita de ape-

PRISCILA CASALE

nas US\$ 0,408, em vez de US\$ 7,888 por barril, o que representa uma perda de arrecadação de US\$ 7,48 por barril”, aponta o consultor. “A renda do Estado na produção de cada barril de petróleo a US\$ 60 é reduzida de US\$ 22,69 para US\$ 15,208 por barril, o que representa uma participação governamental total de apenas 40%. Essa participação governamental estaria entre as mais baixas do mundo”, afirma Paulo César Lima.

Se aprovada e admitida uma perda na arrecadação de US\$ 7,48 por barril, a redução de receita tributária chegaria a US\$ 74,8 bilhões apenas no campo de Libra. “Nos vários campos do Pré-Sal, a redução de receita tributária de IRPJ e CSLL poderia ser superior a R\$ 1 trilhão”, estima o estudo. Alegando prejuízos contábeis, que podem ocorrer em função da oscilação dos preços do barril, a arrecadação de IRPJ e CSLL poderá chegar a zero até mesmo para empresas super rentáveis.

Além do grave prejuízo para o país que a renúncia em favor do lucro das petroleiras pode causar, a MP 795 ainda institui um regime especial de importação com a suspensão do pagamento de imposto para bens trazidos “definitivamente e destinados às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural”, diz a MP, favorecendo importação de importantes bens como máquinas e equipamentos em detrimento dos fornecedores nacionais.

“Jazidas petrolíferas de altíssima produtividade, como as da província do Pré-Sal, que são bens da União, devem ser exploradas em benefício da sociedade brasileira, o que inclui a indústria nacional, que deve ser incentivada a produzir máquinas e equipamentos. A exploração do Pré-Sal com baixo excedente em óleo da União, com baixa tributação, com baixo conteúdo local e com incentivo à importação de bens não serve ao interesse público”, observa Paulo César Lima.

A suspensão do pagamento de imposto também vai valer para matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, que segundo o consultor, por terem menor valor agregado, “incentiva à agregação de valor de outros países ao invés do Brasil”.

“Como se sabe, o Brasil é rico em matérias-primas e tem todas as condições de fabricar produtos intermediários e materiais de embalagem. Dessa forma, não faz sentido haver incentivo tributário para a importação desses bens”. Por último, a MP ainda propõe um “Refis” especial para empresas petroleiras, com prazo de negociação de dívidas de 20 anos.

Che é homenageado no Rio de Janeiro

“Soy loco por ti America: 50 anos da morte de Che Guevara” foi tema do evento realizado pelo Departamento de Ciência Política, no dia 11 de outubro, no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ).

Participaram da mesa, como palestrante, Valter Duarte Ferreira Filho, professor de Ciência Política da UFRJ e da UERJ, Camila do Valle, pesquisadora do LEHC do IFCS/UFRJ, Vivaldo Barbosa, secretário de Justiça no Governo Leonel Brizola e Irapuan Santos, fundador do MR8 e dirigente do Partido Pátria Livre (PPL).

A pesquisadora Camila do Valle resgatou a história do médico argentino que percorreu a América Latina, contando partes importantes da trajetória do revolucionário, seu encontro com Fidel Castro no México até a vitoriosa revolução cubana. Camila destacou a participação de Che no processo da construção do socialismo, sua contribuição a outros povos, como na África, até seu assassinato na Bolívia.

Irapuan Santos fez um paralelo do processo da revolução cubana com a situação que passa o povo brasileiro e os povos do mundo hoje. Citando texto escrito por Che Guevara, destacou a importância da industrialização no processo de construção nacional. “Temos que implementar a industrialização do país, sem ignorar os muitos problemas que acompanham esse processo, mas uma política de aquecimento industrial exige certas medidas alfandegárias que proteja a indústria nacional nascente e um mercado interno capaz de absorver as mercadorias”. Che defendia que os cubanos deveriam “deter o controle de suas riquezas, assim como nacionalizar a telefonia, companhia de mal serviços e que cobra muito caro”.

Irapuan destacou que Che Guevara, que viveu apenas 39 anos, deu uma grande contribuição para a humanidade. “Essa é a luta que travamos neste momento no nosso país contra estes que estão aí para destruir o que construímos, por este governo totalmente vendido, subserviente”, disse Irapuan. “Nós sabemos, tivemos



Deputado Paulo Ramos preside Sessão Solene em homenagem a Che Guevara na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Fotos Divulgação



Entrega da Medalha Tiradentes a Zuleide de Mello, presidente da Associação José Martí. À direita, Vivaldo Barbosa, vice-presidente do PPL

governos do nosso campo, que todos nós ajudamos, que achou que concessões sociais - bolsa disso, bolsa daquilo - seriam suficientes para que a gente fizesse uma transformação e aí abrimos mão de ter a nossa indústria, de apostar no povo, de defender a nossa produção, defender as nossas riquezas. Tudo que Che disse que era para ser feito, fizeram o contrário e hoje estamos numa situação em que as coisas precisam ser retomadas”.

Vivaldo Barbosa destacou a identidade que há com Che Guevara “na luta pela libertação nacional, de interesse nacional, da busca da identidade nacional para romper com a dominação do império, a dominação e o colonialismo que ainda paira sobre nós”, ressaltou. “Nós vemos uma grande semelhança entre o pensamento de Che com a revolução de 30, com o personagem e líder da revolução que foi Getúlio Vargas, “de que é preciso a industrialização para forjar uma nação, que é preciso controle das fontes de energia, do petróleo, da eletricidade e outras, que é preciso o controle das economias nacionais”.

O médico Eduardo Costa participou do evento promovido, no mesmo dia, pelo Movimento de Resistência Leonel Brizola (MRLB), onde Che Guevara foi mais uma vez homenageado. O secretário de Saúde de Leonel Brizola fez um rico relato da vida de Che e da construção do socialismo em Cuba.

ALERJ

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro realizou Sessão Solene em homenagem a Ernesto Che Guevara nos 50 anos de sua morte, por iniciativa do deputado Paulo Ramos. “Che Guevara continua sendo uma referência, principalmente para nossa juventude, a juventude revolucionária que precisa conhecer a história de Che Guevara, mas também assumir as idéias do Che Guevara”, declarou o deputado Paulo Ramos.

Durante a solenidade, foram homenageados com a Medalha Tiradentes, a Associação José Martí, presidida por Zuleide Faria de Mello, entidade que promove o intercâmbio entre Brasil e Cuba, e o coronel do Exército Kardec Lemme, que lutou contra o nazismo na II Guerra Mundial e foi contra a ditadura no Brasil.

Meirelles prepara aumento de imposto do PIS/Cofins visando pagar mais juros

Na sua cruzada para angariar mais e mais recursos para pagamento dos juros aos bancos, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, confirmou em Washington (EUA), na quarta-feira (11), que estuda novo aumento de impostos, a pretexto de compensar a perda de até R\$ 27 bilhões, segundo o governo, com a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, decidida recentemente pelo Supremo Tribunal Federal.

Segundo o Supremo, um imposto estadual não

pode fazer parte da base de cálculo do PIS e do Cofins, que são federais.

No conjunto, a cobrança do PIS/Cofins corresponde hoje a 9,25%. O reajuste elevaria a cobrança de PIS/Cofins para casa de 10%.

O PIS e o Cofins, pagos por empresas de todos os setores, financiam a Previdência Social e o seguro-desemprego. Com a Desvinculação de Receitas da União, 30% dos recursos destinados à previdência, assistência e saúde são desviados pelo governo que só visa pagar juros aos bancos.



Reuters

Vendas no varejo caem 0,5% em agosto na comparação com julho

O desemprego crescente e o freio no consumo das famílias foram responsáveis pela queda de -0,5% no volume de vendas do comércio varejista brasileiro em agosto na comparação julho, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na quarta-feira (11).

Trata-se do pior resultado para o mês nessa comparação desde 2015, quando houve retração de -0,6%. Em doze meses, a atividade varejista já acumula perdas de -1,6%.

Sete de oito atividades pesquisadas pelo IBGE seguiram o tombo, com destaque para as vendas de supermercados e produtos alimentícios, que além de terem o maior peso na composição geral, é um grande indica-

dor da magnitude da crise, que já afeta até a mesmo o orçamento das famílias para produtos considerados de primeira necessidade. Sobre julho, as vendas dessa categoria recuaram -0,3% e -1,3% nos últimos 12 meses.

O segmento de equipamento e material de escritório e informática também teve contribuição importante para a queda, de -6,7% na comparação mensal. As vendas de combustíveis e lubrificantes, sentindo o impacto da atividade econômica desaquecida e do aumento dos tributos, caiu -2,9% no mês.

Dentre as regiões, destacou-se na comparação mensal a queda na atividade da cidade de São Paulo - o maior centro comercial e econômico do país, de -1,7%.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18,

3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP

70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa,

140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Filho de João Goulart fala na abertura Exposição da heróica trajetória de Jango é inaugurada na Câmara

A exposição fotográfica "Jango, Nossa Breve História" foi inaugurada na terça-feira (10) em solenidade no Salão Verde da Câmara dos Deputados.

A mostra é dedicada ao governo e à trajetória pessoal de João Goulart, com imagens que chegam até o exílio após o golpe militar que o depôs em 1964. O acervo exposto é exclusivamente do Arquivo Nacional.

O ato de abertura teve a presença de parlamentares, como os deputados Glauber Braga, líder da bancada do PSOL, Alessandro Molon (REDE-RJ), Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), Maria do Rosário (PT-RS), Pepe Vargas (PT-RS), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), e outros, além de líderes políticos como Marco Antonio Campanella (presidente do PPL-DF).

Filho de Jango, o escritor João Vicente Goulart agradeceu ao deputado Paulo Teixeira (PT-SP) pela iniciativa de propor o evento na Câmara. João Vicente destacou a sua satisfação pela exposição que "mostra a vida e a perseguição de Jango". O escritor - autor do livro "Jango e eu" - disse que, apesar da perseguição que o levou à morte no exílio, seu pai resistiu lutando e faleceu "no exílio tranqüilo em seu destino sabendo que seria o único presidente constitucional de nosso país a morrer pela pátria".

Para João Vicente, a mostra conseguiu expor a trajetória da vida de Jango e a trajetória das lutas sociais do Brasil de 64. "As lutas travadas pela reforma agrária, pela reforma urbana, pela reforma tributária, pela lei de remessa de lucros, a luta pela Petrobrás, a criação da Eletrobrás, pela criação do 13º para todos os trabalhadores brasileiros, enfim, lutas que hoje estamos perdendo através de anti-reformas sociais e reformas que vêm apenas para proteger o capital e os monopólios internacionais e nacionais", enfatizou.

São cerca de 160 fotografias, reproduzidas ou projetadas, um vídeo de 32 minutos e cinco vitrines contendo 20 documentos originais e publicações dos anos 1960.

A exposição ficará exposta no corredor de acesso ao Plenário Ulysses Guimarães até o dia 20 de outubro e poderá ser visitada de segunda a sexta, das 9 às 17 horas.

STF decide amesquinhar-se e favorece o tucano Aécio



"Decisão" do STF deixou o tucano Aécio Neves muito satisfeito Relator de estimacão de Temer foi da UDN, da Arena e vice de Maluf na eleição de 89

O deputado Bonifácio (PSDB-MG), "o nosso relator", segundo o Palácio do Planalto, estava mais para advogado de porta de cadeia do que um membro da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. Retirado da CCJ pelo PSDB - que aparentemente não quer se queimar junto com Temer - ele foi reconduzido ao cargo por indicação do PSC, numa manobra palaciana. Nesta condição é que ele apresentou na última terça-feira (10) o seu relatório sobre a segunda denúncia contra Temer. Não podia fazer outra coisa senão o que fez. Recomendou o acobertamento da quadrilha e impediu o prosseguimento das investigações.

Aliás, o velho Bonifácio não está prestando seus serviços ao bando de Temer à toa. Ele tem uma longa ficha corrida como servicial de carneiros, bandoleiros e outros larâpios da coisa e do patrimônio públicos. Foi da UDN de 1954 a 1966 e conspirou contra Getúlio. Em seguida, logo após o golpe contra Jango, com o fechamento dos partidos, ele participou da fundação da Arena, o partido da ditadura, que depois mudou de nome e virou o PDS. Ao farejar que o PSDB se tornaria a "UDN dos anos 90", virou tucano. Foi vice na chapa de Paulo Maluf na eleição presidencial de 1989. Enfim, foi essa múmia que Temer teve que desenterrar para defendê-lo.

Para livrar Temer, o relator disparou impropérios contra a Polícia Federal, o Ministério Público e a Justiça. Ele chamou as investigações dos ladrões de "criminalização da política" por parte do MP. "É inadmissível que um partido político constitua uma organização para fins criminais. Nota-se, dessa forma, pretensa intenção da Procuradoria de fazer

um ataque generalizado aos homens públicos do País, sem distinção", disse. O que tem que se notar neste caso é que ele defende, sem a menor cerimônia, que os tais "homens públicos" podem roubar à vontade, sem serem incomodados. Investiga-los é que seria o crime. Porque o que o Ministério Público está fazendo, e por isso é atacado, é provar que Temer e seus cúmplices roubaram e seguem roubando descaradamente.

"O Ministério Público toma hoje decisões "sérias", que, em razão da repercussão, dá força muitas vezes até maior do que a do próprio juiz", disse. Nesse cenário, ele avaliou que, não só o Legislativo, mas o presidente da República e os ministros ficam "fragilizados em suas competências". É isso mesmo o que ele disse. Que, ao serem investigados, os membros da quadrilha ficam "fragilizados". Não pode investigar nada. Senão fragiliza. Foi isso o que ele defendeu. "De tal maneira que o Ministério Público hoje, órgão poderoso do nosso sistema, que domina a Polícia Federal, mancomunado com o Judiciário, trouxe para o País um desequilíbrio na relação entre os poderes da República", declarou o tucano.

Em seu parecer, Bonifácio afirmou ainda não encontrar "qualquer espécie de comprovação" de acusações contra os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do PT, bem como a outras lideranças do PMDB, PP e PT mencionadas pela PGR na denúncia. Não foi à toa, portanto, que a bancada do PT fez, na mesma terça-feira, tantos e tão rasgados elogios ao cínico relatório de Bonifácio. Para livrar Temer da cadeia, ele acenou com a defesa de todos os demais bandidos. Isso agradou os

petistas que já disseram que vão apoiar esta análise do relator.

O relatório achincalha a atuação do MP que, segundo ele, favorece "ações espetacularizadas" pelos meios de comunicação. "Espera-se que essa concepção policialesca, que em boa parte existe no MP, se traduza em posicionamento social pedagógico e que a instituição possa intervir pelo povo", disse Andrada. Para o relator, há um "desequilíbrio entre Poderes". "Mancomunado com o Judiciário, [o MP] trouxe desequilíbrio na relação entre Poderes", diz. Leia-se aqui que o que eles querem é roubar a vontade sem serem incomodados. Segundo a múmia udenista, especializada na banditagem, o conceito de organização criminosa "não pode ser banalizado e nem usado indiscriminadamente". "Tipo penal extremamente aberto, elástico e acaba por criminalizar uma série de condutas lícitas", ressaltou. A nova tese é: roubar agora é lícito.

Michel Temer e os ministros Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência) e Eliseu Padilha (ministro-chefe da Casa Civil) foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por organização criminosa e obstrução à Justiça. Segundo o Ministério Público, eles teriam recebido pelo menos R\$ 587 milhões de propina dos últimos anos, oriundos de órgãos como Petrobras, Caixa Econômica Federal e Furnas. O presidente da República também foi denunciado, sozinho, por obstrução de Justiça. Temer teria cometido o crime ao, segundo a PGR, ter dado aval à compra do silêncio do ex-presidente da Câmara e hoje deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e ao corretor Lúcio Funaro, ambos presos.

SÉRGIO CRUZ

Randolfe: 'STF contribuiu com a impunidade'

O líder da Rede no Senado, Randolfe Rodrigues (AP), criticou a decisão adotada pelo STF sobre a necessidade de aval do Congresso para a aplicação de medidas cautelares contra parlamentares e afirmou que a medida tomada pelo tribunal "contribuiu com a impunidade no Brasil".

"Divirjo frontalmente

porque essa decisão, lamentavelmente, instituiu no Brasil dois tipos de cidadãos: aqueles cidadãos que estão submetidos à lei e os parlamentares, que, quando é aplicada a eles a lei, podem se refugiar no conforto das casas legislativas para contar com o voto dos seus pares e se livrarem das medidas judiciais sejam quais forem", disse.



Maia finge que está zangado com Temer

A exemplo do que ocorreu à época da primeira denúncia, às vésperas da votação da segunda denúncia contra Temer o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), coloca em andamento uma encenação para simular um suposto afastamento do peemedebista. De olho nas eleições do ano que vem, o expediente serve ao propósito do parlamentar de fingir que guarda distância da impopularidade do presidente.

O mais recente capítulo da representação ocorreu na terça-feira (10), quando Maia anunciou que não vai colocar em votação mais nenhuma medida provisória enviada pelo Palácio do Planalto.

"O Poder Executivo precisa respeitar o Parlamento. Quando a gente tem uma pauta e o governo obstrui a pauta da Casa sem um motivo

claro, a gente precisa dizer o seguinte: a gente trabalha em harmonia, mas a gente quer respeito à Câmara dos Deputados", afirmou.

A aparente irritação do presidente da Casa aconteceu no encerramento da sessão convocada para votar a MP 784, que trata dos acordos de leniência do Banco Central. Parlamentares governistas esvaziaram o plenário e iniciaram obstrução, inviabilizando a votação da medida para permitir que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) começasse a leitura do relatório da denúncia.

Maia disse que a MP não voltará à pauta da Casa até que seja analisada a proposta de emenda à Constituição (PEC), que regulamenta a tramitação desse tipo de matéria no Congresso Nacional. "Já pedi ao presidente [Temer] e reitero. As próxi-

mas medidas provisórias editadas, se elas não tiverem relevância e urgência, assim que chegarem aqui serão devolvidas ao governo", declarou.

O presidente da Câmara também tem emitido sinais de insatisfação não apenas com o governo, mas também com o partido de Michel Temer. Ele já reclamou do assédio de peemedebistas a parlamentares do PSB que negociavam migração para o DEM e externou incomodo com o texto da reforma política apresentado pelo senador Romero Jucá (PMDB/RR), que seria prejudicial à sua legenda.

Nos últimos dias também recebeu uma romaria de líderes e parlamentares da base aliada com queixas ao governo. Entre os partidos que procuraram Maia, estão siglas do chamado "Centrão", como PR, PP, PSD, além de ala do PSDB.

Cinco ministros voltaram atrás no voto que deram em maio de 2016 para afastar Eduardo Cunha

Como ressaltou, na quarta-feira, o ministro Luís Edson Fachin, o poder do Supremo Tribunal Federal de decidir medidas cautelares - inclusive o afastamento temporário do mandato - para que parlamentares não continuem a delinquir, foi votado "à unanimidade" - e o ministro repetiu: "à unanimidade" - no dia 5 de maio de 2016, quando afastou Eduardo Cunha.

Mas, na quarta-feira, cinco ministros do STF - Carmen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli, Marco Aurélio de Mello, e, claro, Gilmar Mendes - mudaram o seu voto e se juntaram ao ministro de Temer, Alexandre Moraes, para aprovar que essas medidas judiciais sobre parlamentares só valem se o Senado ou a Câmara concordarem.

Em que o desclassificado Aécio Neves é diferente, diante da lei, do desclassificado Eduardo Cunha?

Porém, além de estabelecer que os parlamentares estão acima da lei comum, os seis ministros do STF entregaram o julgamento dos ladrões com mandato aos próprios ladrões com mandato parlamentar. Nas palavras do ministro Luís Roberto Barroso, um dos que se recusaram a aprovar esse despautério:

"... o direito não deve ser interpretado fora da realidade em que está inserido, e o momento atual é de revelação de esquemas espantosos de corrupção sistêmica e endêmica que ocorreram no país. Resta saber, portanto, se a Constituição deve ser interpretada de modo a permitir que a sociedade brasileira enfrente esse mal ou se ela deve ser interpretada ao contrário, de modo a se criar o máximo de embaraço ao aprimoramento, à transformação dos costumes no país.

"A ideia de que o Poder Judiciário não possa exercer o seu poder cautelar para impedir o cometimento de um crime que esteja em curso é a negação do estado de direito. Significa dizer que o crime é permitido para algumas pessoas. Eu não gostaria de viver em um país que fosse assim".

Além de Fachin e Barroso, mantiveram seus votos os ministros Luiz Fux, Rosa Weber e Celso de Mello.

Disse o ministro Fux que tenta-se impor ao Judiciário "um estado de inércia, a assistir a prática de inúmeros delitos aguardando que eventualmente todas as provas sejam destruídas até o recebimento da denúncia, e depois disso o Parlamento possa sustar a ação penal". Para isso, alegam-se "garantias constitucionais intransponíveis", que, simplesmente, não existem.

Tanto é assim que na sentença aprovada por unanimidade em maio de 2016, redigida pelo falecido ministro Teori Zavascki, fora dito que: "O mandato não é um título vazio, que autoriza expectativas de poder ilimitadas, irresponsáveis ou sem sentido. Se os interesses populares vierem a se revelar contrários às garantias, às liberdades e ao projeto de justiça da Constituição, lá estará o Supremo Tribunal para declará-los nulos. É papel do STF atuar para que tenhamos uma república para os comuns, e não uma comuna de intocáveis".

Foi isso o que a maioria do STF renegou na quarta-feira, amoldando-se à pressão dos ladrões no governo e nas organizações criminosas sob a forma de partidos (PMDB, PT, PSDB, centrão).

Alguns desses votos mutantes atualizam a célebre afirmação do maior de nossos juristas: "Medo, venalidade, paixão partidária, respeito pessoal, subserviência, espírito conservador, interpretação restritiva, razão de estado, interesse supremo, como quer te chames, prevaricação judiciária, não escapará ao ferrete de Pilatos! O bom ladrão salvou-se. Mas não há salvação para o juiz cobarde" (Rui Barbosa, "O justo e a justiça política", OC, V. 26, t. 4, 1899, p. 191).

Nem tocamos nos votos

de Gilmar Mendes e Alexandre Moraes, pois não pertencem, nem tangencialmente, ao direito, mas àquele facciosismo que Rui Barbosa verberou.

Disse o ministro Toffoli: "O STF não pode atuar como fomentador de tensões constitucionais".

Que "tensões" são essas? A tensão entre a lei e o crime, entre a justiça e a injustiça, entre a Constituição e os que atentam contra a Constituição. Mas não é o STF que fomenta essas tensões: quem o faz é o crime, a injustiça e os que atentam contra a Constituição.

Mas Toffoli quer evitar essas tensões. Para isso, só existe um modo: se ajustar ao crime, à injustiça e aos atentados contra a Constituição.

Disse o ministro Lewandowski: "cada poder arcará com o ônus de sua decisão perante a sociedade". Logo, os ladrões que infestam o Senado, a Câmara e o governo podem continuar roubando e livrando aqueles que caírem nas mãos da polícia. Depois, "arcarão com o ônus".

Mas, por que, na concepção do ministro, a Justiça - e, especialmente, o STF - não pertence à sociedade? Se os criminosos com mandato têm que "arcar com o ônus" apenas perante uma abstrata e fantasiosa "sociedade", para que serve a Justiça? Para condenar os pobres, evidentemente.

A ministra Carmen Lúcia - que desempatou a votação a favor de amesquinhar o papel da instituição que preside - descobriu uma solução: "os Poderes atuam livre e igualmente, (...) e é desta harmonia que nós podemos então ter esta condição de democracia".

Logo, entremos em harmonia com os que atentam contra a democracia, que daí sairá a democracia.

Portanto, a democracia depende do povo deixar que o roumem: ao país, ao Tesouro, às estatais.

Essa é a mesma ministra que, votando pelo afastamento de Cunha, proferiu o seguinte: "O STF não apenas defende e guarda a Constituição, como é da sua obrigação, como defende e guarda a própria Câmara, uma vez que a imunidade referente ao cargo e àqueles que o detêm não pode ser confundida em nenhum momento com impunidade ou a possibilidade de vir a sê-lo. Afinal, a imunidade é uma garantia, porque a República não comporta privilégios".

Ou não é a mesma? O ministro Barroso definiu o costume que precisamos superar como o de "prender miúdos e proteger graúdos". Disse ele sobre os últimos anos:

"Criou-se uma legião de pessoas que acham normal viver com o dinheiro dos outros, dinheiro tomado do Estado ou das empresas, gente que vive de aacheque como se fosse salário. Cria-se, para arrecadar esse dinheiro, uma cultura de desonestidade. Uma cultura de que onde é possível desviar alguma coisa, desvia-se.

"Para mudar essas práticas não há como ser condescendente com elas. Há uma imensa demanda na sociedade brasileira por integridade, por patriotismo. Há lugar para todos na democracia. O que não se pode é ter um projeto de País fundado na desonestidade, no aacheque, no desvio de dinheiro público".

E, defendendo as medidas cautelares em relação a Aécio Neves: "O afastamento de um parlamentar não é uma medida banal, é excepcionalíssima. Como excepcionalíssimo deve ser o fato de um parlamentar usar o cargo para praticar crimes. Portanto, exceção contrabalançada com exceção".

O que foi sintetizado pelo ministro Celso de Mello:

"Hoje mais do que nunca é preciso proclamar que o direito ao governo honesto constitui uma prerrogativa insuprimível, inalienável, da cidadania. Nenhum cidadão da República pode ser constrangido a viver em uma comunidade moralmente corrompida".

CARLOS LOPES

Molon: "Quem está sob suspeita e precisa ser processado é Temer"

O deputado Alessandro Molon (Rede/RJ) afirmou que o parecer do relator da segunda denúncia contra Temer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, Bonifácio (PSDB/MG), é um ataque ao Ministério Público, à Polícia Federal e ao Judiciário.

"O parecer, em vez de se debruçar sobre a conduta ilícita e crimi-

nosa dos acusados, constitui na verdade um ataque ao Ministério Público, à Polícia Federal e ao Judiciário, como se fossem eles que estivessem sob suspeita", disse.

Segundo o parlamentar, quem "está sob suspeita e precisa ser processado é Temer, ao lado de seus ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência)".

Apartamento de Lula: Hospital confirma visita de contador a Glaucos para forjar pagamentos

O Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, confirmou em ofício três visitas do contador João Muniz Leite a Glaucos da Costamarques, lanranja que comprou, a mando de seu primo, o pecuarista José Carlos Bumlai, amigo de Lula, o apartamento vizinho ao do ex-presidente em São Bernardo. As visitas ocorreram entre novembro e dezembro de 2015. Duas visitas foram no mesmo dia.

Costamarques disse, em depoimento ao juiz Sérgio Moro, que não recebeu os aluguéis referentes ao apartamento entre 2011 e 2015. Ele afirmou que só passou a receber os aluguéis em 2015, depois da prisão do primo José Carlos Bumlai. O apartamento, segundo a acusação, seria, na verdade, de Lula e teria sido comprado por Glaucos da Costamarques com propina da Odebrecht, obtida por meio de contratos com a Petrobrás. Glaucos recebeu R\$ 800 mil de uma subempreiteira da Odebrecht, a DAG Engenharia, simplesmente para intermediar um terreno que seria usado para construir o Instituto Lula. Glaucos comprou o apartamento em São Bernardo por R\$ 504 mil.

O empresário afirma que só passou a receber os aluguéis do aparta-

mento ao final de 2015. A defesa de Lula desmentiu e enviou à Justiça 26 cópias de recibos de aluguel com o objetivo de tentar comprovar os pagamentos. Diante do imbróglgio, Moro pediu os recibos originais. A defesa de Lula diz agora que tem os originais, apesar de não tê-los apresentado ainda ao juiz. Costamarques diz que todos os recibos de 2015 foram assinados no mesmo dia, quando estava internado. Segundo ele, após uma visita de Roberto Teixeira, advogado e amigo do ex-presidente, o contador João Leite teria ido ao hospital recolher suas assinaturas.

A defesa de Lula afirma agora ter "vias originais de todos os documentos já apresentados, além de outros 6 recibos de 2011 que também foram localizados, que serão apresentados para possam, se o caso, serem submetidos à perícia". Diante da clara tentativa de criar uma farsa com os recibos, já que Glaucos desmentiu que tenha recebido, e por não haver provas de movimentação financeira correspondente aos pagamentos, a força-tarefa da Operação Lava Jato abriu uma investigação por meio de incidente de falsidade sobre os recibos de aluguel do apartamento.

TRF-2 revoga prisão do almirante Othon Pinheiro

A 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) concedeu, quarta-feira (11), habeas corpus revogando a prisão preventiva do almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, ex-presidente da Eletrobrás, decretada pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Criminal Federal do Rio de Janeiro.

Considerado um dos mais importantes cientistas nucleares brasileiros e um dos pais do programa nuclear do

país, ele foi condenado a mais de 40 anos de prisão na Lava Jato. Ele foi um dos alvos da 16ª fase da Operação, que investigou irregularidades em contratos no setor elétrico.

O almirante estava detido há dois anos, numa instalação da Marinha, e está passando por um tratamento de câncer de pele. Segundo o advogado Fernando Fernandes, "a soltura é um ato de justiça e humanidade".

Eleição para reitor da USP: atual gestão é colocada em xeque

Comunidade está em busca de saber por que a Universidade de São Paulo, uma das mais importantes universidades da América Latina, chegou nesta situação de crise financeira

O assunto que predominou os dois debates dos candidatos à Reitoria da USP realizados até agora, um no último dia 5, em São Carlos, e o outro, nesta quarta-feira (11), em Ribeirão Preto, foi a crise financeira que a Universidade de São Paulo foi colocada nos últimos anos e as alternativas para a sua superação. Toda a comunidade está em busca de saber por que a USP, uma das mais importantes universidades da América Latina, chegou nesta situação. A atual gestão e a chapa que a representa, foram colocadas em xeque pela maioria dos participantes em todos os debates.

As chapas encabeçadas pelo professor Ildo Sauer (3), com o professor Tércio Ambrizzi de vice, e a da professora Maria Arminda (2), com Paulo Casela de vice, vêm se destacando e fizeram duras críticas à atual gestão. Elas se apresentaram como alternativas de oposição e de mudança. Já a chapa 1, do professor Vahan Agopyan, tendo como vice Antonio Carlos Hernandes, e a chapa 4, de Ricardo Terra, com seu vice, Albérico Borges Ferreira da Silva, com algumas pequenas diferenças, representam as correntes que expressam o continuísmo da atual administração.

As presenças nos dois debates foram bastante concorridas. No primeiro, o repórter de Ciência da 'Folha de São Paulo', Reinaldo José Lopes, dirigiu os trabalhos. As perguntas foram feitas por escrito e cada candidato teve oportunidade de se posicionar sobre a crise financeira, a excelência acadêmica, as cotas, o HU, além de outros temas. No final, estudantes de medicina de São Paulo, representantes do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz (Caoc) pediram a palavra e leram uma carta cobrando o compromisso dos candidatos com a permanência do HU sob gestão da USP. Em Ribeirão Preto o debate prosseguiu e a busca de alternativas à atual política da USP foi o centro das atenções.

O professor Ildo Sauer, que dividiu seu tempo com o professor Tércio Ambrizzi, foi o primeiro a falar em São Carlos, causando grande interesse da platéia quando conclamou a união de todos para acabar com os desmandos e para implantar uma política para resgatar o prestígio da USP e a autoestima de seus funcionários, alunos e docentes. O professor Tércio destacou a experiência administrativa e acadêmica da chapa.

MUDANÇA

"A USP se encontra hoje numa situação de crise que transcende meramente a crise financeira", apontou Ildo. Ele lembrou que no ano de 2009 havia na USP um fundo de reserva correspondente a um orçamento anual e criticou o mal uso desses recursos por parte do grupo que assumiu a reitoria desde então.

O professor Sauer fez questão de frisar que a atual gestão, representada hoje pela chapa 1, fazia parte desse grupo e tem responsabilidade pela crise. "A euforia de então, deu origem à frustração de agora que precisa ser enfrentada. É evidente que o atual reitor e o atual vice-reitor fizeram parte da primeira gestão, continuaram na segunda e estão agora se candidatando para a continuidade", apontou Ildo.

A professora Maria Arminda, que tem como vice o professor Paulo Casela, também faz uma campanha pontuando a atual gestão da USP. Ela criticou o excesso de normas e a apatia da atual gestão da USP frente à crise e destacou que tem muitos pontos em comum com a chapa encabeçada pelo professor Ildo Sauer. "Não se pode confundir saúde financeira, equilíbrio financeiro, que todos somos a favor, com financeirização". Ela acrescentou que "se confundiu também autonomia universitária e soberania universitária com normas que nos sufocaram". Maria Arminda apresentou propostas para superar a atual situação e frisou que a crise não é maior do que a USP. As duas chapas de oposição chamaram a comunidade a votar pela mudança.

Respondendo às perguntas, Ildo Sauer disse que "a USP pode mudar, ela deve mudar e nós temos que nos unir para fazê-lo. Manter o que foi feito certo até agora, aprofundar o que foi correto, mas ter novo direcionamento no relacionamento interno, no relacionamento externo e é isso que vai permitir o resgate da dignidade da USP. O resgate do protagonismo dela como maior instituição da América

Latina, do Brasil e uma das maiores do mundo".

Vice-diretor do Instituto de Energia e Ambiente (IEE), Ildo Sauer é uma das maiores autoridades em energia do país e foi diretor da Petrobrás. Ele criticou os métodos usados pela atual gestão para lidar com os problemas internos, criados pela própria administração. "Nós entendemos que os métodos e processos utilizados para resgatar a USP da crise financeira em que ela foi mergulhada não foram adequados nem suficientes", destacou. "Precisávamos manter um diálogo mais aprofundado, sincero e transparente com nossos servidores, com os docentes e com os alunos. As lamentáveis situações de violência que acometeram a USP não são dignas do que é uma universidade responsável pela construção do futuro, construção de pessoas", salientou.

O Hospital Universitário esteve nas preocupações das chapas de oposição. Ildo mencionou a demonstração de fraqueza e a falta de capacidade de articulação do atual administração, que, segundo ele, conduziu de forma atabalhoada a discussão com o governo estadual sobre a pretendida transferência do HU para a gestão do Estado. "Não nos parece razoável se desfazer de uma unidade de excelência como é o HU que não é um problema e pode ser, inclusive, parte da solução", destacou. Arminda também criticou a política para o HU. "Quiserem entregar o hospital para o governo, sem combinar com os russos", ironizou.

ONUS

A chapa encabeçada pelo atual vice-reitor, Vahan Agopyan, procurou passar a ideia de que não tem responsabilidade pela atual crise e pelo mal estar vivido pela comunidade e fez um balanço positivo de sua gestão. Ninguém acha que o balanço desta gestão é positivo. Como se não tivesse nada a ver com as quedas da USP nos ranking de excelência e com a queda de prestígio da universidade, Vahan disse que sua prioridade é a busca da excelência acadêmica.

Vahan tentou convencer os presentes de que as medidas tomadas por eles, e que agravaram a situação, foram corretas, mas os resultados de queda da USP e de extrema frustração de seus funcionários desmentem essa avaliação. Antonio Carlos Hernandes, vice de Vahan, e atual pró-reitor de graduação, defendeu as medidas desastrosas tomadas pela gestão da qual Vahan faz parte e prometeu a continuidade da atual política. "Nós temos os bônus e os ônus de sermos situação. Acreditamos que temos mais bônus", disse ele, ao dizer que a atual política vai se mantida.

Uma questão frequentemente apontada foi a falta de democracia dentro da USP. O professor Ildo Sauer disse que uma das primeiras medidas tomadas em sua gestão será a retirada da grade que cerca a reitoria. "Símbolo supremo da ausência de diálogo é o isolamento da reitoria cercada de grades hoje no campus de São Paulo. Isto é a negação da convivência, com respeito às divergências e diferenças que devem pautar a convivência dentro do ambiente universitário. Elas precisam e deverão ser retiradas de lá, como símbolo e testemunho de uma nova era de diálogo e convivência entre todos", afirmou.

FUNCIONALISMO

Ele falou sobre as demissões indiscriminadas, feitas por PIDVs, sem planejamento e que "causaram um profundo mal estar na comunidade". "A sinalização de que a culpa pela crise era dos servidores é inadequada. Os servidores são essenciais, ao lado dos docentes e dos alunos para construir a universidade", ressaltou. Tércio Ambrizzi enfatizou a grande experiência administrativa e acadêmica dos integrantes de sua chapa e disse que está preparado para assumir sua função.

Ricardo Terra apresentou suas ideias e confirmou que está alinhado integralmente com a visão da atual administração nas medidas de cortes efetuadas nos últimos anos. Terra, que tem como vice o professor Albérico Borges Ferreira da Silva, deu ênfase à necessidade de se criar um código de disciplina para que seja implantado na universidade e que todos passem a respeitar esse código. Terra disse que democracia na universidade é "populismo". Ele disse também que a USP é uma federação frouxa de unidades e não uma universidade.



No debate realizado no campus de São Carlos, a atual gestão e a chapa que a representa foram colocadas em xeque pela maioria dos participantes. "A USP pode mudar", defenderam os candidatos de oposição



Duas chapas despontam como oposição a atual gestão da USP. O professor Ildo Sauer (Chapa 3), destacou que "a sinalização de que a culpa pela crise era dos servidores é inadequada. Os servidores são essenciais, ao lado dos docentes e dos alunos para construir a universidade". "Não se pode confundir saúde financeira, equilíbrio financeiro, que todos somos a favor, com financeirização", disse Maria Arminda (Chapa 2). Na foto ao lado, debate com a comunidade acadêmica promovido pelo Diretório Central dos Estudantes da USP

Conheça os quatro candidatos que disputam o pleito



Chapa 1 - Vahan Agopyan

Engenheiro Civil pela Escola Politécnica da USP (1974), Mestre em Engenharia Urbana e de Construções Cívicas pela mesma instituição (1978) e PhD (Civil Engineering) pela University of London King's College (1982). E Livre-Docente (1990) e Professor Titular (1994) de Materiais e Componentes de Construção Civil da EPUSP.

Professor da USP desde 1975, sempre no Departamento de Engenharia de Construção Civil da Escola Politécnica, foi coordenador do Programa de Pós-Graduação, chefe do Departamento, Presidente da Comissão de Pesquisa, Vice-Diretor e Diretor da Poli. Foi Diretor-Presidente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT).

Vice - Antonio Carlos Hernandes - Professor Titular do Instituto de Física de São Carlos em dedicação exclusiva graduou-se em física pela UEL, é doutor em Física Aplicada pela USP.



Chapa 3 - Ildo Sauer

Engenheiro graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em Engenharia Nuclear e Planejamento Energético pela COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ph.D. em Engenharia Nuclear pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts - MIT e Livre-Docente em Energia pela USP e Professor Titular e Fundador do Instituto de Energia e Ambiente, incorporados ao IEE/USP.

Foi diretor da área de Gás e Energia da Petrobrás, incluindo o portfólio de gás natural, energia elétrica e energia renovável. Foi gerente de projeto de desenvolvimento do circuito primário do reator nuclear para submarino da Marinha do Brasil (1986-1989). No MIT (1985), desenvolveu metodologia para o gerenciamento do combustível em reatores nucleares.

Vice - Tércio Ambrizzi - Professor Titular do Departamento de Ciências Atmosféricas em Dedicção Integral no IAG/USP, bacharel em Meteorologia (IAG) e em Física (IF) da USP, mestrado pelo IAG e doutorado em Meteorologia pela Universidade de Reading, Inglaterra.



Chapa 2 - Maria Arminda

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. E Mestre, Doutora e Livre-Docente em Sociologia pela USP e professora titular de Sociologia da USP desde 2005. Atualmente é Diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Pesquisadora sênior do Instituto de Estudos Sociais e Políticos de São Paulo - Idesp.

Foi Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo (2010-2015). Foi representante da Congregação da FFLCH no Conselho Universitário (2005-2008); Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (1991-1996) da FFLCH.

Vice - Paulo Borba Casella - Professor Titular de Direito Internacional da USP, fez seu doutorado e livre docência em direito internacional na Faculdade de Direito da USP.



Chapa 4 - Ricardo Terra

Professor titular de Teoria das Ciências Humanas da USP, é pesquisador do CEBRAP e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (IA). Tem título de livre-docência em Filosofia pela USP e o Diplôme d'études approfondies en Philosophie pela Université de Paris I Panthéon-Sorbonne.

Foi presidente da Comissão de Consultores da Área de Filosofia/Teologia da CAPES (1991-1995), Membro do Comitê de Assessoramento de História e Filosofia (CA - HF) do CNPq (2002-2005), Presidente da Sociedade Kant Brasileira (2006-2010), pesquisador principal de três Projetos Temáticos consecutivos da FAPESP no CEBRAP.

Vice - Albérico Borges Ferreira da Silva - Professor e Pesquisador do Instituto de Química de São Carlos (USP), bacharel em Química pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre e Doutor em Físico-Química (Química Quântica) pela USP.

FST convoca mobilização dia 27 contra 'reformas' de Temer

A campanha nacional 'Movimento Resistência - Por um Brasil Melhor', coordenado pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), decidiu nesta terça-feira, 10, durante reunião na sede da Federação dos Trabalhadores na Alimentação do Estado de São Paulo (Fetiasp), realizar uma manifestação contra as reformas de Temer.

Ficou decidido que os trabalhadores vão se reunir em 27 de outubro, em São Paulo, em frente ao Teatro Municipal, num grande ato contra as "reformas" trabalhistas e previdenciária.

Representando a CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos) esteve a vice presidente da entidade, Monica Veloso, que apontou que "o FST também participará do 10 de Novembro, Dia Nacional de Lutas em Defesa dos Direitos, somando força com o movimento Brasil Metalúrgico e as centrais sindicais".

O encontro reuniu mais de 80 dirigentes sindicais ligados à FST, entidade coordenada por Artur Bueno de Camargo, que também preside a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação (CNTA Afins). As duas federações estão também organizando uma coleta de assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular para revogar a reforma trabalhista, e a ideia é entregar as assinaturas no Congresso Nacional no início de novembro.

Segundo o secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Jorge Carlos de Moraes (Arakém), "o momento é de união de todas as categorias, de todas as centrais, para enfrentar o desmonte da legislação trabalhista, com ações de resistência em defesa dos trabalhadores".

Artur Bueno, coordenador do FST, encerrou a reunião dizendo que o movimento visa "fortalecer a resistência contra as reformas do governo e construir um País com conscientização política, com o movimento sindical protagonizando os debates com a classe trabalhadora nos locais de trabalho e nos espaços públicos da sociedade".

PA: Justiça condena Cyrela por fraudar direitos do trabalhador

A Justiça do Trabalho do Estado do Pará condenou na terça-feira (10) o grupo imobiliário Cyrela a pagar R\$ 1 milhão em danos morais por fraudar a relação de emprego de corretores.

O grupo, formado pela Cyrela Brasil Realty, Cyrela Moinho Empreendimentos Imobiliários e Seller Consultoria Imobiliária, foi acusado pelo Ministério Público do Trabalho no Pará e no Amapá (MPTPA/AP) por utilização de falsos contratos de parceria para esconder que os corretores eram funcionários. Segundo o MPT, a construtora criou uma empresa do ramo imobiliário para trabalhar na venda de seus empreendimentos, a Selle. A empresa contratava corretores com o argumento de que eles não possuíam vínculo direto com a Selle,

porém os corretores exerciam suas atividades com subordinação e jornada de trabalho fixada por meio de prazos, metas e punições.

A Cyrela terá que pagar além da multa, o valor destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou a alguma entidade sem fins lucrativos (indicada pelo MPT), e terá de assinar a carteira de trabalho de seus atuais e futuros corretores, desde que submetidos ao regime de subordinação, e não mais praticar a contratação de pessoa física como pessoa jurídica, a chamada "pejotização". O grupo também foi proibido de contratar mão de obra subordinada por meio de outras empresas, a chamada terceirização irregular, que não garante os direitos trabalhistas dos empregados.

Justiça cobra União sobre contratos de hospitais do RJ. Médicos alertam para caos

A justiça federal do estado de Rio de Janeiro decidiu nesta segunda-feira, 09, que a União tem 72 horas para se posicionar a respeito da ação civil pública que pede a renovação imediata de contratos em hospitais federais no estado. A decisão é do juiz federal Firly Nascimento Filho.

Existem seis unidades de saúde federais no Rio e mais de 600 contratos terminam em 2017. Caso não sejam renovados, diversos serviços hospitalares ficarão comprometidos. Ainda no mês de agosto, o Ministério da Saúde, dirigido atualmente pelo representante das operadoras privadas, Ricardo Barros, chegou a declarar que o problema é que a administração dos hospitais deveria ser municipalizada, o que vai contra o entendimento do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj).

Por isso, o presidente do Cremerj, Nelson Nahon, apontou que entraram com ação civil pública contra o Ministério da Saúde, junto ao Conselho Regional de Enfermagem, para garantir a continuidade dos contratos da União de forma emergencial.

Segundo Nahon, "se você fecha serviços de tratamento de quemados, de cardiologia e bancos de sangue, você diminui o atendimento. A gente diz que tem gente morrendo hoje por falta de atenção médica. A situação tende a aumentar ainda mais. É uma situação que a gente está chamando de catastrófica. O magistrado nos ouviu e prometeu que ainda este mês toma uma decisão", disse.

O presidente ainda informou que no dia 16 de outubro, representantes do conselho vão se reunir em audiência pública com o ministro da Saúde para tratar da situação dos hospitais federais do Rio.

Em encontro, juízes aprovam combate à "reforma" da CLT



Jornada reuniu ministros do TST, juízes, advogados e procuradores



Assembleia dos policiais civis, que entraram em greve na segunda-feira. Policiais civis e técnicos-científicos aderem à greve no RS contra parcelamento de salários

Mais duas categorias aderiram à greve no Rio Grande do Sul nesta semana contra os parcelamentos de salários. Na segunda-feira, 9, policiais civis se somaram às paralisações e, na quarta, os técnicos-científicos também entraram em greve (ver entre vista com o Sindicato da categoria abaixo).

Na terça-feira, uma grande manifestação reuniu os professores estaduais já em greve desde o início de setembro, e também os servidores da Prefeitura de Porto Alegre, que

também estão parados devido a atraso nos salários.

Os trabalhadores exigem o fim dos parcelamentos, e ainda pedem a retirada de projetos que aumentam a contribuição previdenciária e que acabam com o reajuste automático com base na inflação.

Após o ato, na tarde desta quarta-feira, 11, foi anunciado oficialmente o pagamento, na próxima sexta-feira, 13, dos salários de todos os servidores que ganham até R\$ 10 mil, o que significa, segundo o sindi-

cato dos policiais (Ugeirm) que quase todos os Policiais Civis receberão seus salários.

Para o presidente da UGEIRM, Isaac Ortiz, "a atitude do governo, demonstra o acerto da decisão da categoria em intensificar a mobilização. Além disso, a unidade demonstrada desde o início da greve mostra a capacidade dos (as) Policiais Civis. Se estamos recebendo nossos salários agora, isso se deve àqueles que se mobilizaram e foram para as ruas defender os seus direitos".

Sintergs: 'greve é pelo pagamento dos salários e contra essa política de desmonte do nosso Estado'

Em entrevista ao HP (sucursal RS), o presidente do Sindicato dos Técnicos Científicos do Rio Grande do Sul (Sintergs), Nelcir Varnier, que entraram em greve nesta semana, ressaltou que o movimento é para exigir não só o pagamento em dia dos salários, como também "o pagamento integral dos salários atrasados, do 13º salário, que não foi pago, para exigir a reposição das perdas, contra o desmonte do estado e a humilhação dos serviços públicos".

Para Nelcir, "os servidores e a população não podem ser responsabilizados pelo estrago que eles, que estão no governo, fizeram. A situação é grave. Estamos comprando menos comida, todos os servidores do Executivo. E vamos reagir. Esse é o objetivo da nossa greve, dos professores, policiais", afirmou.

O presidente do Sindicato afirmou ainda que é preciso acabar com essa política adotada pelo governo Sartori.

Uma política que tem como objetivo "enxugar a máquina, diminuir os serviços públicos, vender o patrimônio, renegociar uma dívida que só aumenta".

"Por conta dessa política o que temos no nosso estado é a perda de bilhões de reais devido a sonegações, isenções fiscais, que precisam ser auditadas. Precisamos saber se essas isenções estão sendo revertidas para mais empregos. Não é isso que vem acontecendo", afirmou Nelcir ressaltando também os desvios de verba causados pela dívida pública. "É uma dívida que já pagamos. Todos os anos são R\$ 3 a 4 bilhões ao ano e ela só aumenta. E agora o governo está renegociando de uma forma que não soluciona nada. É uma negociação que concede carência ao estado, mas que ao fim dobra a dívida e, além disso, resulta no desmonte do Estado, que tem que cumprir metas: privatizar estatais, empresa de saneamento básico, bancos públicos, que são empresas



Nelcir Varnier (Sintergs)

estratégicas e que devem desempenhar um papel social e não voltado ao lucro", afirmou.

Ao final da entrevista, Nelcir Varnier também ressaltou que o movimento grevista defende a revogação da reforma trabalhista, e que seja barrado o trâmite da reforma da Previdência, que, para ele "é uma afronta às organizações e autoridades da sociedade que já apontam que a Previdência é superavitária".

Gilmar Mendes decide que Sartori pode demitir servidores de estatais sem negociação coletiva

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, decidiu na terça-feira (10), em liminar, que o governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori (PMDB), não precisa esperar negociação coletiva para demitir funcionários públicos dos órgãos que foram extintos através de lei.

A decisão suspende decisões judiciais que travavam a extinção de fundações e autarquias públicas. Sartori agora tem aval para acabar com oito instituições:

a Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), a Fundação Piratini — Rádio e Televisão (TVE), a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), a Fundação de Economia e Estatística (FEE), a Fundação Zootécnica do Rio Grande do Sul (FZB), a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), a Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) e a Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (Corag).

Em nota, a Frente Jurídica em Defesa das Fundações destacou que a decisão de Gilmar "não surpreendeu", e que o Ministro, "é conhecido por seu ativismo contra a atuação da Justiça do Trabalho e os direitos trabalhistas e sindicais. Assim, dado o tal alinhamento, não havia dúvidas de que o pedido de liminar seria atendido, ainda que violando a remansosa jurisprudência do STF". A frente está estudando medidas cabíveis com relação à decisão.

Debate organizado pela Anamatra apontou série de inconstitucionalidades na nova lei

Magistrados da Justiça do Trabalho aprovaram proposições contrárias a pontos centrais da "reforma" trabalhista, no último dia de discussões do 2º Encontro de Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, realizado na segunda e terça-feira pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) em parceria com outras entidades. O encontro contou com a participação de dez ministros do Tribunal Superior do Trabalho, 344 juízes trabalhistas, 70 auditores fiscais do trabalho, 30 procuradores e 120 advogados, entre outros profissionais do Direito.

Na abertura do evento, o ministro do TST, Maurício Godinho Delgado, defendeu que "qualquer norma jurídica, por mais clara que possa parecer, precisa de interpretação" à luz da Constituição Federal. O magistrado manifestou a sua preocupação com as restrições da reforma trabalhista em algum ponto como questão salarial, dispensas coletivas, à liberação da terceirização, entre outras mudanças impostas pela nova lei.

Os conferencistas se dividiram em oito comissões temáticas e definiram propostas de enunciados sobre as mudanças nas leis que regem as relações entre patrão e empregado. Entre as proposições aprovadas no evento, está a contraposição ao dispositivo da lei que trata da jornada 12x36, no qual a nova lei permite que esta jornada pode ser oficializada mediante acordo individual. Conforme o art. 7º da Constituição XIII esta modalidade de jornada exige previsão em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho. Nesta discussão, os juristas pontuaram a ilegalidade dessa norma quando à prorrogação de jornada noturna, denunciando afronta à previsão constitucional.

Plenário também aprovou diversas teses sobre o tema da "terceirização". Foi definido pelos membros do evento, que a terceirização não se aplica à administração pública direta e indireta, restringindo-se às empresas privadas; que os empregados das empresas terceiri-

zadas devem ter direito a receber o mesmo salário dos empregados das tomadoras de serviços, bem como usufruir de iguais serviços de alimentação e atendimento ambulatorial; e a vedação da prática da terceirização na atividade-fim das empresas, entre outras.

Outro ponto acertado no encontro foi de que "é dever do Estado a tutela de reparação ampla e integral quando restar violada a moral das pessoas humanas". Neste sentido a Plenária acolheu ser inconstitucional que a "tarifação" do dano extrapatrimonial (danos que atinge honra, moral, etc...) seja calculada com base no salário do trabalhador. Para os operadores do direito do trabalho, todos esses tipos de indenizações devem "ser aplicadas às normas existentes no ordenamento jurídico que possam imprimir, no caso concreto, a máxima efetividade constitucional ao princípio da dignidade da pessoa humana".

Durante o evento, o ministro Godinho reforçou os pontos da lei que considera prejudiciais aos trabalhadores, como equiparar a dispensa coletiva a demissões isoladas. Para ele, não há como dizer que demitir uma pessoa é a mesma coisa do que dispensar 4 mil funcionários. "A Constituição e outras normas, como o Código de Processo Civil, tratam com cuidado e zelo à figura do abuso do direito", argumentou.

Outro caso é o do trabalho autônomo. Para o ministro, as novas regras que disciplinam os contratos com autônomos não poderão valer para todas as situações, afirmou. Deve-se examinar caso a caso: "Se os elementos de relação de emprego estiverem presentes, o indivíduo é empregado e ponto final".

Em relação à gratificação, outro tema alterado pela nova regra, o ministro ressaltou que também deverá ter uma interpretação restritiva: "Como uma gratificação habitual vai deixar de compor o salário? Gratificação dada durante vários anos faz parte do salário por força de princípios da CF e do tratado da Organização Internacional do Trabalho", frisou.



Assembleia regional da capital realizada na terça SP: metalúrgicos reúnem centenas contra aplicação da lei da escravidão

Os metalúrgicos da Zona Leste e da Região Central da capital paulista se reuniram na última terça-feira (10), em assembleias regionais de mobilização para o "Dia Nacional de Luta, Protestos e Greves" contra a perda de direitos, que será realizado no dia 10 de novembro, em todo o país.

De acordo com o sindicato, a categoria está em campanha salarial unificada e os cerca de 600 trabalhadores presentes aprovaram a rejeição à aplicação reforma trabalhista que entrará em vigor no próximo mês. Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, Miguel Torres, "a lei criou novos tipos de contrato de trabalho que permitem às empresas contratar trabalhadores como PJ (pessoa jurídica), sem registro em carteira; contratar por horas de trabalho, para serviço eventual, terceirizar. E tudo isso poderá ser feito sem nenhuma negociação com os sindicatos. As empresas também poderão chamar os

funcionários efetivos para negociar banco de horas, redução de salário e benefícios, sem o sindicato; formar uma comissão de representantes para negociar acordos, PLR, também sem o sindicato. Os trabalhadores vão ficar na mão do patrão; por isso, temos que lutar e resistir", disse.

Miguel Torres que também é presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) conclamou todos os trabalhadores presentes nas assembleias para os atos e greves que serão realizados com o apoio de 53 sindicatos do Estado e sindicatos de diversas regiões do país. "Com greves, paralisações e manifestações vamos mostrar à população que as mudanças na legislação trabalhista não garantem empregos de qualidade e vão apenas precarizar as relações de trabalho e submeter os trabalhadores à vontade patronal, sob ameaça de serem demitidos ou não serem contratados se não aceitarem as imposições", afirmou Torres.



Conexões de Lula com Sócrates são alvo de investigações em Portugal Ministério Público de Portugal indiciou o ex-primeiro-ministro Sócrates em 31 crimes de corrupção

O ex-primeiro-ministro de Portugal (2005-2011) foi indiciado na terça-feira em 31 crimes.

Segundo o Ministério Público de Portugal, Sócrates foi beneficiado em 24 milhões de euros, (R\$ 90 milhões) em negociações ilícitas as mais diversas.

Um dos maiores escândalos, envolvendo o ex-premiê, foi o da fusão da Portugal Telecom com a brasileira Oi, que levou a perdas bilionárias de acionistas portugueses e a prejuízos de bilhões de BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil com intermediações envolvendo o ex-chefe da Casa Civil de Lula, agora condenado, José Dirceu e o diretor do português Banco do Espírito Santo, Ricardo Salgado.

As acusações dão mais um passo para desatar um novo episódio de assalto a dinheiro público e propina envolvendo líderes da quadrilha petista em além-mar.

Além disso, como notícia o jornal português Correio da Manhã em edição de 4 de abril deste ano, uma carta rogatória foi enviada ao Brasil no sentido de estabelecer troca de informações sobre interferências fraudulentas na negociação “entre as empresas de telecomunicações, Oi e Portugal Telecom e que envolveu, o ex-presidente Lula e o premiê José Sócrates”. Segundo o jornal, a investigação trata de “crimes de corrupção e pagamentos de ‘prêmios’ milionários pela intermediação do negócio”.

Antes do envio da carta rogatória, no dia 13 de março Sócrates - que, no processo de investigações, já cumpriu prisão preventiva por nove meses (21 de novembro 2014 a 4 de setembro de 2015) e agora a cumpre em caráter domiciliar - já havia sido interrogado por seis horas pelo Ministério Público.

As informações já colhidas apontam para diversas interseções entre os ilícitos desvendados pela Operação Marquês e a Lava Jato e incluem transações ilegais e danosas envolvendo também a empresa Odebrecht.

O grupo Lena, participou de diversos consórcios junto com a empreiteira Bento Pedroso Construções de propriedade da Odebrecht e que em 2013 passaria a se chamar Odebrecht Portugal.

Entre as obras públicas que a Bento Pedroso (aliás Odebrecht) ganhou em consórcio com o grupo Lena, durante o governo de Sócrates (2004 a 2011), figuram o trem bala de Poceirão a Caia (projeto abandonado por seu sucessor Passos Coelho), a concessão rodoviária do Baixo Tejo (região metropolitana de Lisboa) avaliada em 110 milhões de euros e mais sete concessões de estradas. Também integrou o consórcio que conquistou, junto com o Banco Espírito Santo, a via rodoviária da Grande Lisboa, avaliada em 292 milhões de euros. Em 2008, a Bento Pedroso e o grupo Lena voltaram a associar-se. Desta vez o negócio foi uma barragem, a de Baixo Sabor. Quando da cerimônia de assinatura do contrato de 257 milhões de euros, o próprio Sócrates compareceu. A obra é denunciada pela destruição de 300 mil árvores em reserva ambiental e o resultado - uma represa, ou albufeira, como dizem os portugueses - que tem capacidade de geração de apenas 170 megawatts era descrita por lá como “o grande armazém de energia do Douro” (a título de comparação, cada uma das 20 turbinas da nossa Itaipu tem uma capacidade instalada de 700 MW, perfazendo um total de 14 mil MW).

Sócrates é acusado em 3 casos de corrupção passiva durante o exercício de cargo político, 16 de lavagem de dinheiro, nove de falsificação de documentos e três de evasão fiscal.

Servidores saem às ruas contra arrocho e demissões de Macron



Além dos atos, houve greves em trens, metrô, escolas e hospitais

Com greves e manifestações em 180 cidades os servidores públicos franceses disseram não a projeto de Macron de congelar salários e demitir 120 mil trabalhadores

Inconformados pelas medidas de arrocho - o mal denominado “ajuste” da economia - que o governo de Emmanuel Macron pretende baixar por decreto, mais de quatrocentos mil funcionários públicos se manifestaram dia 10, na França. Greves provocaram o fechamento de creches, escolas, hospitais postos de saúde e outros serviços em todo o país. Em Paris, encabeçados pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), muitos sindicatos se somaram aos protestos com grande incidência nos órgãos e governo, na energia e no transporte público.

O congelamento dos salários, aumento de retenções, plano para endurecer as regras que regulam licenças por doença e a eliminação de 120 mil empregos até 2022, unificou o conjunto de sindicatos que representam 5,4 milhões de funcionários públicos, 20% da força de trabalho francesa. A greve e 180 manifestações por todo o país deixaram claro a profunda revolta com as reformas de Macron.

Foi a quarta jornada de manifestações contra as medidas promovidas pelo presidente que se apresenta como “moderno” e “inovador”, mas é descrito pelos trabalhadores como o presidente dos ricos, que não liga para a sociedade e utiliza expressões depreciativas para a população mais simples. “Os funcionários, frequentemente são chamados por membros do governo de vagabundos e aproveitadores, necessitam respeito”, declarou Philippe Martinez, secretário-geral da CGT.

Os sindicatos da saúde (médicos, farmacêuticos, dentistas) se uniram ao chamado dos enfermeiros que lideraram o setor. 30% dos vôos internos foram afetados devido à greve na aviação civil. Mais de 50% dos professores participaram da greve. Os portuários de Le Havre, símbolo de luta durante as jornadas de 2016 contra a reforma de Hollande, pararam.

A CGT informa que os trabalhadores de serviços terceirizados também se uniram às marchas. Todos juntos exigindo, ao invés de demissões massivas, a contratação dos que atendem a título precário. As reivindicações comuns dos manifestantes e grevistas são de aumento dos salários, os meios orçamentários para permitir a melhoria dos serviços públicos e a melhoria das condições de trabalho.

Diante da força do movimento, o porta-voz do governo, Christophe Castaner, reconheceu a necessidade de prestar atenção às preocupações daqueles que participaram.

“Os servidores perderão entre 4% e 5% de seu poder aquisitivo por ano se o que foi anunciado for aplicado”, disse o secretário-geral da União Nacional dos Sindicatos Autônomos (UNSA), Luis Bérille. O sindicalista declarou que a próxima semana haverá uma reunião com o ministro da Fazenda, Gérald Darmanin. O ministro, no entanto, já assinalou que não vai mudar sua proposta, que tem como objetivo colocar o déficit do país abaixo de 3% do PIB, como pede a União Europeia.

Israelenses e palestinas atravessam Israel em “Marcha pela Paz”

Milhares de mulheres israelenses e palestinas atravessam Israel em marcha pela paz

Uma imensa coluna de mulheres israelenses e palestinas chegou a Jerusalém após duas semanas de caminhada atravessando todo o Estado de Israel e caminhando nas margens do rio Jordão, em território palestino, exigindo acordo de paz entre Israel e Palestina.

A marcha convocada pelo movimento “Mulheres lançam a Paz”, teve início em 24 de setembro e convergiu para Jerusalém no dia 8 de outubro onde foi realizado uma grande concentração pela paz. Entre as participantes, muitas mães e filhas que foram diretamente afetadas pela violência do conflito.

“Temos que chegar junto para sermos capazes de alcançar a paz que todos queremos”, afirmou Michal Froman, que foi esfaqueada por um palestino em janeiro de 2016 quando grávida de sua quinta criança. “Eu quero acreditar na paz”, afirmou a israelense.

“Como uma mulher religiosa, digo que não acreditar na paz é não acreditar em Deus”, afirmou Huda Abuarquob, uma das palestinas da cidade de Hebron que participou



Rumo a Jerusalém, mulheres passam pela histórica Jericó

da organização da marcha. “Esta marcha”, acrescentou Huda, “não é mais um protesto, mas uma forma de dizer que queremos a paz e que juntas podemos obtê-la”.

O artista plástico Adi Yekutieli fez erguer um vestido de 22 metros de altura e 60 metros de circunferência quando a marcha passou pelo Mar Morto, em homenagem às participantes do evento.

“Somos mulheres de vários credos e correntes políticas, judias e árabes, das cidades e das periferias e estamos decididas que vamos parar a próxima guerra”, declarou uma das fundadoras do movimento, Marilyn Samadja.

A coluna encheu as ruas de Jerusalém, no domingo, com o branco de suas roupas e com

muitos cartazes pedindo a Paz. “As mulheres israelenses e palestinas querem impedir a próxima guerra e buscamos que um acordo entre israelenses e palestinos aconteça o mais breve possível”, declarou Smadja.

O movimento teve início em 2014, durante a mais grave agressão israelense a Gaza, na qual morreram mais de 2 mil palestinos e 67 israelenses. Em 2015, um grupo menor de mulheres, incentivado pelo movimento Mulheres lançam a Paz fez um jejum de 50 dias (o tempo em que durou a agressão a Gaza) e ficou alojado em tendas.

A concentração em Jerusalém se deu diante da residência do primeiro-ministro israelense, Bibi Netanyahu.

Afegãos alertam americanos: “invasores não terão descanso”

Centenas de manifestantes foram às ruas de Kabul, capital do Afeganistão, na última sexta-feira (7), para exigir o fim da ocupação americana, que completou nesta data 16 anos. “Não à Otan e aos EUA”, “Ilanques Go Home!” pediam cartazes no protesto.

As tropas dos EUA invadiram o Afeganistão em 7 de outubro de 2001, sob a justificativa de combater o terrorismo, depois dos ataques do 11 de setembro às Torres Gêmeas. Após 16 anos, mais de 2,4 mil soldados americanos morreram, de acordo com dados oficiais.

No entanto, de acordo com a ONU, os civis afegãos pagam o preço mais alto pelo conflito, as mortes já somam dezenas de milhares. Somente no primeiro semestre de 2017 o número de civis chegou a 1.662, de acordo com a Missão de Assistência da ONU no Afeganistão (UNAMA).

A manifestação foi organizada pelo Partido da Solidariedade no Afeganistão. “Nós não podemos mais suportar a ocupação, todos os dias testemunhamos eles [EUA e



Repúdio à “presença dos EUA, Otan e vassalos”

OTAN] bombardeando nossas cidades e milhares de pessoas inocentes são mortas”, afirmou um membro do partido.

“Nosso povo se reúne aqui para pedir justiça. Queremos que todos os ocupantes dos EUA e da Otan deixem o Afeganistão o mais rápido possível e deixem o país para que o povo afegão decida o que quer. Nenhum país ocupado alcançou liberdade e democracia. É apenas o poder das pessoas que podem trazer democracia, paz e liberdade ao nosso país”, completou.

Embora Donald Trump tenha defendido em sua cam-

panha uma “retirada rápida” das tropas do Afeganistão, depois de eleito caminha na direção oposta, exigindo que os EUA agora “lutem para vencer”. As baixas civis aumentaram em todos os países que os EUA atacam desde que Trump assumiu, 67% em apenas seis meses.

Durante sua visita a Cabul em setembro, o secretário de Defesa dos EUA, James Mattis, anunciou que mais 4 mil soldados serão enviados para o país, o que fará com que o número total de tropas da Otan no Afeganistão suba para 17 mil.

GABRIEL CRUZ

Fantoches líbios aprisionam 3.151 migrantes em campo de concentração

Mais de 3 mil imigrantes foram presos em um campo de concentração na cidade de Sabratha, a 70 km de Trípoli, no sábado (7). A região é a principal rota de refugiados em situação ilegal através da Líbia em direção à Europa.

“Detivemos 3.150 imigrantes em condição irregular de diferentes nacionalidades asiáticas, árabes e africanas”, disse Bassem Ghrabli, chefe de uma milícia controlada pelo feudo

fantoche dos EUA na região, à AFP. Durante a ação, os refugiados foram amontoados em galpões, ou até mesmo em caçambas de caminhões.

A detenção em massa se deu após semanas de confrontos. Na noite do dia 6, a milícia de Ghrabi anunciou ter “expulsado” um bando local dedicado ao tráfico de migrantes.

Os fantoches líbios passaram a receber vultuosas somas pagas pela Europa para deter

a passagem de migrantes que desejam fugir da fome e miséria em regiões da África atingidas por intervenções, rapina e guerras sustentadas pelos EUA. Em 2011, após a queda do governo de Muamar Khadafi, a cidade de Sabratha se transformou no principal ponto de partida para os refugiados. Os confrontos na cidade deixaram 39 mortos e 300 feridos, de acordo com o último balanço do Ministério de Saúde do governo líbio.

Ex-ministros de Chávez conclamam eleitores a não votar em maduristas nem na coalizão direitista MUD

A Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição da Venezuela divulgou um comunicado chamando os eleitores a que votem em candidaturas que não respondam nem aos partidos da Mesa da Unidade Democrática (MUD), nem ao Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), ou, em locais onde não haja candidatos de fora destas duas siglas, que votem nulo.

A Plataforma orienta ainda o voto nulo onde não haja candidatos bons que tenham um perfil independente desses dois setores, que combatam a corrupção e o burocratismo e defendam a Constituição chavista de 99 frente ao curso pouco democrático que avaliam no governo de Nicolás Maduro - no PSUV e na Assembleia Nacional Constituinte.

Assinam ex-ministros do presidente Hugo Chávez que foram afastados no governo de Maduro quando de sua guinada política. Subscrevem o comunicado Héctor Navarro, Ana Elisa Osorio, Gustavo Márquez, Oly Millán, Edgardo Lander, Santiago Arconada, Esteban Emilio Mosonyi, Freddy Gutiérrez, Cliver Alcalá Cordones, Juan García, Carlos Carcione, César Romero e Gonzalo Gómez.

Divulgado em 9 de outubro de 2017, o documento denuncia a degradação do sistema eleitoral venezuelano com manobras do Conselho Nacional Eleitoral que ficou atrelado ao Executivo Nacional.

Apesar de que - na opinião dos assinantes - essas eleições estão cheias de irregularidades e violações, consideramos que “as votações regionais de 15 de outubro constituem uma oportunidade para começar a dar expressão política a outra Venezuela:

Oportunidade para demonstrar que essa outra Venezuela existe. É a Venezuela que acredita na necessidade da recuperação e aprofundamento da democracia. Que busca defender a Constituição do ano 1999. É a Venezuela que exige que, além da conveniência política dos setores polarizados, se tomem medidas imediatas ante a severa crise humanitária que o país vive. Que rechaça a generalizada corrupção tanto pública como privada. Que exige uma auditoria cidadã da dívida pública e uma imediata renegociação de dita dívida de forma que os limitados recursos financeiros do Estado não sejam dedicados ao pagamento pontual da dívida enquanto que a população carece de alimentos e medicamentos básicos. É a Venezuela que rechaça o projeto neoliberal, entreguista e genocida do Arco Mineiro do Orinoco através do qual o governo de Maduro pretende substituir o depredador regime rentista do petróleo por um extrativismo ainda mais depredador: o mineiro.

dores treinados por militares dos EUA e pela CIA fazia parte de um plano maior, que, com a manipulação da mídia, do judiciário e do legislativo, levou à derrubada do governo de Fernando Lugo - responsabilizado pelo sangue derramado - uma semana depois.

“Execuções extrajudiciais, detenções arbitrárias, ameaças de morte e torturas físicas e psicológicas” denunciadas pelos familiares das vítimas civis e pelas organizações de direitos humanos foram solenemente ignoradas pelo Ministério Público, que apreendeu os camponeses como “bandidos” e “terroristas”.

“Existem vários testemunhos que indicam que alguns camponeses não morreram no primeiro tiroteio, mas depois. Foi quando estavam fugindo. Tratam-se de pessoas feridas que foram executadas. Várias testemunhas indicam que alguns camponeses foram torturados e submetidos a tratamento cruel, além de ameaças de morte”, acrescenta o documento.

“Durante o julgamento oral, policiais de diferentes unidades e postos relataram sua versão dos fatos, evidenciando enormes contradições que demonstram a impossibilidade de que a comitiva fiscal-policia não haja caído desprevenida na emboscada”.

É evidente que o plano havia sido preparado bem distante dali. O subcomissário Erven Lovera, encarregado dos efetivos da GEO (Grupo Especial Operativo) e irmão do tenente-coronel Alcides Lovera, chefe da guarda pessoal do presidente Lugo e um dos primeiros a morrer, chegou a sobreviver ao local com um helicóptero da Polícia Nacional, constataando a presença de cerca de “50 a 70 ocupantes”.

“Segundo as declarações dos policiais durante o julgamento, os chefes militares tinham pleno conhecimento da quantidade e da posição dos camponeses”. Mais, todos os mortos foram alvejados por armas de grosso calibre, portadas tão somente por policiais.

“A parcialidade da investigação”, concluiu o documento, nos faz pensar que “estamos ante uma ação inquisitória com a intenção de encerrar este capítulo criminalizando os camponeses por tudo o que aconteceu, sem investigar a ação policial ou a atuação da promotória em torno às terras não registradas sob a titularidade de Blas Riquelme”.

LEONARDO SEVERO

Trump envia ao Congresso pacote de maldades contra imigrantes

'Se Trump retirar-se do Acordo Nuclear, EUA é que mais perderá', afirma Rouhani, presidente do Irã

O presidente do Irã, Hassan Rouhani em entrevista à imprensa em Teerã nesta quarta-feira (11) advertiu os EUA de que "quem mais perderá se o presidente Donald Trump decidir retirar-se do acordo nuclear iraniano serão os próprios EUA. Se o país norte-americano voltar a cometer erros já anteriormente cometidos o país ficará em situação de aperto mundial", afirmou Rouhani em uma reunião ministerial semanal, segundo noticiou a Pess TV.

O presidente do Irã disse também que "Não tememos as medidas dos EUA. A comunidade internacional saberá quem é pouco confiável e mentiroso. O número de países no mundo que apoiam a postura hostil de Washington pode ser contado nos dedos de uma mão. Os signatários do acordo que elegendam cumprir sua parte e compromissos assumidos protegem sua própria reputação internacional, mas se uma parte não cumpre o pacto terá sua reputação manchada no cenário internacional", afirmou Rouhani.

O acordo nuclear entre o Irã e mais seis países, Rússia, China, França, Reino Unido, Alemanha e EUA, foi firmado em julho de 2015 depois de longos meses de discussões que culminaram com o fim da crise entre os países ocidentais capitaneados pelos EUA com o Irã.

Os EUA "decidiram" que o país persa não tinha direito a ter um programa nuclear pacífico para o seu desenvolvimento econômico que dependia de geração de energia. Com a arrogância que lhe é recorrente, os EUA manipularam seus satélites na ONU para implementar uma série de sanções econômicas contra o país para estrangulá-lo economicamente.

O acordo ou Plano de Ação Integral Conjunto de Julho de 2015 foi importante para fazer arrefecer as tensões com o Ocidente ao estabelecer o congelamento do desenvolvimento do programa nuclear do Irã em troca do fim das sanções econômicas. Esse acordo tem sido violado parcialmente pelos EUA que continuam determinando aos seus aliados a fazerem sanções contra o Irã e o governo iraniano tem denunciado nos organismos internacionais tais políticas hostis antiacordo por parte dos EUA.

Na última Assembleia Geral da ONU Trump em seu discurso ameaçou romper o acordo no próximo dia 15 de outubro, data prevista para sua reificação. Trump há tempos vem criticando o acordo com o Irã, e afirmou que esse acordo "era uma vergonha para os EUA".

O Irã vem cumprindo rigorosamente cada letra do acordo, mas os EUA se atribuem o direito de decidir no próximo dia 15 se o Irã "está ou não cumprindo os pontos do acordo" e se vão ou não retirar do Irã a certificação de cumprimento do histórico acordo nuclear.

A AIEA – Organização Internacional de Energia Atômica da ONU no mês passado informou que o Irã atua conforme o que foi estipulado no acordo.

O presidente Hassan Rouhani afirmou que "O Plano de Ação Integral é uma grande prova para os governos do mundo, e respeitá-lo constitui uma base para gerar confiança entre todos os países do mundo.

ROSANITA CAMPOS



Aviões B-1B sobrevoam a Península coreana

EUA faz provocação à RPDC com bombardeiros estratégicos

O governo Trump cometeu nova provocação contra a Coreia Popular, sobrevoando o sul da península coreana com dois bombardeiros estratégicos B-1B e disparando mísseis ar-terra na terça-feira (10), data de fundação do Partido do Trabalho da Coreia (PTC) há 72 anos, partido que governa o país e encabeçou a revolução, a resistência à agressão ianque e a construção do socialismo.

Os B-1B decolaram da base de Guam no Pacífico e ao entrarem no espaço aéreo de Seul passaram a ser escoltados por dois F-15 sul-coreanos. A provocação ocorreu ainda nas águas da costa leste da Coreia do Sul, e depois nas águas entre a Coreia do Sul e a China. Depois, os dois B-1B se juntaram a caças do Japão – país que manteve a Coreia como colônia por 35 anos.

No mesmo dia, Trump se reuniu com altos mandos do Pentágono para mais ameaças. Pyongyang já advertiu que poderá abater bombardeiros estratégicos americanos e classificou o discurso de Trump na ONU de "declaração de guerra".

Rússia e China vêm insistindo no chamado "duplo congelamento", com Pyongyang suspendendo testes de mísseis e nucleares, e Washington sustando as manobras de guerra em larga escala que ensaiam uma invasão do norte. Até hoje os EUA se recusam a assinar um tratado de paz na Coreia, e as ameaças forçaram Pyongyang a constituir uma força nuclear de dissuasão, para evitar o destino da Líbia e do Iraque, e já detém capacidade termonuclear (bomba H).

Segundo as agências de notícias, o ex-presidente Jimmy Carter, que negociou o acordo de 1994, que Washington rasgou, se ofereceu para ir a Pyongyang. Em Seul, um deputado do partido governista, Rhee Cheol Hee, revelou que os 235 gigabytes de documentos militares hackeados no ano passado do Centro de Dados Integrados de Defesa da Coreia do Sul incluíam os planos operacionais de guerra dos EUA e da Coreia do Sul e um plano para decapitar [assassinar] a liderança norte-coreana.

Incêndios alastram-se e deixam mais de 20 mortos na Califórnia

Ganhando força com os fortes ventos, os incêndios que se alastram pelo estado da Califórnia, nos Estados Unidos, já haviam causado mais de 20 mortos e 600 desaparecidos até as primeiras horas da última quarta-feira.

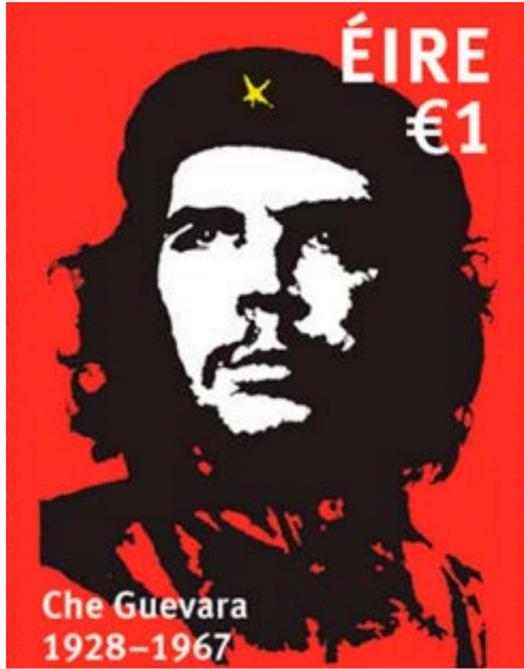
De acordo com o corpo de bombeiros, mais de 20 mil pessoas foram obrigadas a abandonar as suas casas e, no total, mais de 3.500 residências, hotéis, restaurantes e empresas que organizam visitas aos vinhedos tinham sido consumidas pelas chamas. Para ter uma idéia da extensão e da gravidade do problema, alertaram os bombeiros, a área de 40 mil hectares, equivale a 46 mil campos de futebol.

Os locais mais afetados foram as áreas turísticas e as indústrias de vinho. Duas das regiões mais prejudicadas, Napa Valley e Sonoma Valley são responsáveis pela produção de 13% da bebida de todo o estado.

Conforme o governo estadual, as chamas vão impactar muito negativamente o turismo - que movimentava cerca de US\$ 55 bilhões por ano na Califórnia - devendo comprometer até mesmo a visitação de parques da Disney.

Morador da região, Jesús Torres disse que "como o céu ficou vermelho" mal teve tempo de pegar algumas poucas coisas e fugir. "Soubemos do incêndio em cima da hora, havia fumaça por todos os lados", relatou.

"Esta época do ano é quando historicamente ocorrem no Estado os incêndios maiores, mais perigosos e mortíferos", declarou Janet Upton, porta-voz do Departamento de Silvicultura e Proteção contra Incêndios da Califórnia, alertando para os riscos potencializados pelos ventos do outono.



Selo reproduz a imagem mais conhecida do Che captada pelo fotógrafo cubano Alberto Korda Correio da Irlanda lança selo para homenagear Che Guevara

O correio da Irlanda lançou na última terça-feira um selo comemorativo para homenagear o 50º aniversário da queda em combate de Ernesto Che Guevara e reivindicar suas raízes irlandesas.

O selo reproduz a imagem mais conhecida do guerrilheiro, captada pelo fotógrafo cubano Alberto Korda, retratada artisticamente pelo dublinense Jim Fitzpatrick. Extremamente popular, a expressão já foi publicada em pôsteres, camisetas, botons e adesivos, sendo considerada a mais famosa do século 20.

Korda jamais recebeu um centavo por conta de direitos de propriedade intelectual pela fotografia. "Como defensor dos ideais pelos quais Che Guevara morreu, não me oponho à reprodução da imagem para difusão de sua memória e da causa da justiça social no mundo", sublinhou.

A fotografia foi captada no dia 5 de março de 1960, durante uma cerimônia fúnebre que homenageava as 136 vítimas fatais da explosão do barco Coubre pela CIA no Porto de Havana. Vindo da Bélgica, a embarcação trazia munições para o recém vitorioso governo revolucionário.

No momento da explosão, Che estava reunido no Instituto Nacional de Reforma Agrária e, ao escutar o estrondo e ver a nuvem de pó cobrindo a cidade, correu até o local do atentado terrorista e, como médico,

passou a auxiliar no atendimento aos feridos. Cerca de meia hora depois, uma segunda explosão, ainda mais poderosa, lesionou e matou voluntários que haviam ido socorrer os feridos.

Enquanto Fidel Castro discursava, Korda, que cobria o evento pelo jornal Revolução, percebeu Che no palanque. O fotógrafo clicou duas vezes o revolucionário argentino, uma na horizontal e outra na vertical. Como nenhuma das duas foi usada pelo jornal, Korda as manteve em seu arquivo pessoal.

O registro, assinalou o fotógrafo, reproduziu a concentração do Che que, então com 31 anos, demonstrava "pura ira pelas mortes ocorridas no dia anterior". A foto ganharia mais tarde o nome de "Guerrilheiro Heroico".

Em 1967, enquanto Che combatia na Bolívia, um jornalista italiano contactou Korda em busca de retratos do guerrilheiro e foi apresentado com duas cópias da fotografia. Editadas, elas ganharam o mundo, reproduzidas em milhões de panfletos e cartazes em outubro, quando as autoridades bolivianas anunciaram a morte do combatente.

Para o escritor estadunidense Jon Lee Anderson, que escreveu uma importante biografia sobre o líder, "Che aparece como o ícone revolucionário sem igual, com um olhar desafiante que examina o futuro. Seu rosto é a encarnação viril da indignação diante da injustiça social".

LEONARDO SEVERO

Direto da 'creche de adultos da Casa Branca': Trump desafia Rex Tillerson para teste de QI

Em entrevista à revista Forbes, o presidente Donald Trump voltou à polêmica sobre se foi chamado de "imbecil" [moron] ou "maldito imbecil" [fucking moron] pelo seu secretário de Estado Rex Tillerson, dizendo "achar" que se trata de uma "fake News", mas acrescentando que "se ele fez isso, acho que seremos de comparar os testes de QI". Modestamente

Japonesa Kobe Steel admite fraude em relatórios de qualidade

Um esquema fraudulento envolvendo a terceira maior siderúrgica japonesa, a Kobe Steel, foi revelado no domingo (8), depois que a siderúrgica assumiu falsificar relatórios de qualidade referentes a mais de 20 mil toneladas de alumínio, cobre e produtos de pó de aço fornecidos a empresas como a Toyota, Nissan, Mitsubishi, Honda, Subaru, Kawasaki, IHI, Mazda e Boeing.

De acordo com a empresa, a falsificação se deu durante os 12 meses até agosto de 2017. Para especialistas do setor, a fraude expõe problemas referentes ao controle de

Trump asseverou que "podia dizer quem vai ganhar". Quem sabe se a Forbes fosse mais inquiridora, Trump também desafiaria alguém para outro tema que andou muito em voga durante a campanha presidencial, quem tinha "mãos pequenas". Na semana passada, o presidente do Comitê de Relações Exteriores do Senado norte-americano,

o republicano Bob Corker, classificou a Casa Branca de Trump de "creche para adultos".

A outra parte dos comentários de Corker sobre a Casa Branca de Trump não é propriamente engraçada. Ele advertiu que "as ameaças impulsivas de Trump" poderiam "colocar os Estados Unidos no caminho da III Guerra Mundial".

A outra parte dos comentários de Corker sobre a Casa Branca de Trump não é propriamente engraçada. Ele advertiu que "as ameaças impulsivas de Trump" poderiam "colocar os Estados Unidos no caminho da III Guerra Mundial".

A outra parte dos comentários de Corker sobre a Casa Branca de Trump não é propriamente engraçada. Ele advertiu que "as ameaças impulsivas de Trump" poderiam "colocar os Estados Unidos no caminho da III Guerra Mundial".

da Kobe veio à tona durante uma suposta revisão de contratos, realizada em agosto pela divisão de alumínio e cobre da empresa. Segundo a companhia, uma de suas subsidiárias foi apanhada falsificando a certificação de testes oficiais em 2016. A fraude apareceu pouco depois da Nissan convocar um recall de 1,2 milhão de veículos.

A Kobe Steel atua há 112 anos no Japão, e tem divisões que produzem componentes de soldagem, maquinaria industrial e fornece serviços de engenharia para construção e também opera com geração de energia.

Casa Branca inclui no "projeto" o muro na fronteira com o México, mais 10 mil guardas, mudanças para expulsão sumária, caça em massa aos indocumentados etc.

Uma semana após as polêmicas sobre se é "imbecil" e se vai "começar a III Guerra Mundial", o presidente Trump resolveu desviar a discussão para seus bodes expiatórios preferidos, os imigrantes ilegais, e enviou ao Congresso dos EUA sua 'política de imigração', que inclui o muro na fronteira com o México, mais 10 mil guardas, mudanças nas leis para expulsão sumária, caça em massa aos indocumentados, arrocho sobre as cidades santuário, uso do programa E-Verify pelas empresas para impedir que ilegais consigam empregos e chantagem aberta sobre os 800 mil que chegaram ainda crianças e acreditaram na legalização parcial de Obama. Avalia-se que existam nos EUA 11 milhões de sem-documentos, além de um número ainda maior de portadores legalizados do 'green card' e de naturalizados.

Aliás, a xenofobia não se limita aos ilegais, retratados no documento como ameaças à segurança nacional ou potenciais bandidos, chegando a declarar que a imigração legal "suprimiu os salários, alimentou o desemprego e esgotou recursos federais". A proposta revoga ainda o atual sistema que favorece o reagrupamento familiar, em que cidadãos dos EUA e imigrantes legais podem patrocinarem a vinda de pais, filhos, cônjuges e outros parentes próximos, o que seria substituído por um sistema com base em emprego. No relato do New York Times, a Casa Branca asseverou que "as mudanças solicitadas pelo presidente eram essenciais para proteger os trabalhadores americanos da concorrência desleal e dissuadir o que eles descreveram como um fluxo interminável de imigrantes ilegais no país".

Também centrais para o objetivo "mudanças legais que eliminariam os direitos dos imigrantes ilegais para reivindicar o asilo". Outro alvo é o afluxo de menores desacompanhados da América Central, verdadeiros refugiados decorrentes da intervenção de décadas de Washington na região e da violência de gangues. Além da intensificação da repressão, a 'política de imigração' de Trump busca assegurar que a maioria dos pedidos dos refugiados que ingressam em solo norte-americano seja liminarmente negada, com sua expulsão imediata, sem sequer direito a um advogado. Para deportar com mais cele-

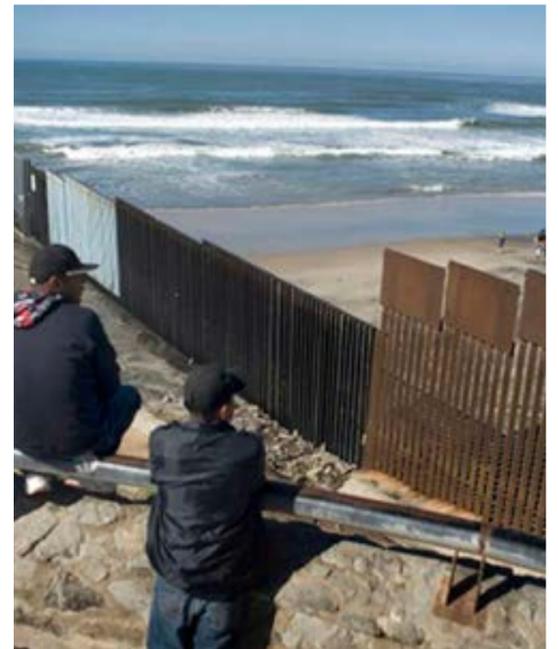
ridade, Trump quer mais 3700 juízes de imigração e mais 1.000 advogados. Dois dias antes do envio dessa famigerada política, o chefe da repressão aos imigrantes de Trump, Thomas Homan, havia ameaçado a Califórnia com uma caçada em massa aos ilegais, após o estado aprovar lei declarando-se 'santuário' em defesa desses imigrantes, cujo número é de mais de 2,3 milhões – a maioria de mexicanos. A lei estadual proíbe servidores estaduais de colaborar com as investidas federais contra imigrantes.

Homan ameaçou ainda remover para outros estados os imigrantes ilegais capturados na Califórnia, o que dificultaria seu contato com as famílias, advogados e entidades. Centenas de cidades e condados no país inteiro já se oficializaram como santuários. Mas no Texas, sob governo republicano, uma lei estadual proibiu as cidades texanas de se tornarem santuários.

Os líderes democratas no Senado e na Câmara, Chuck Schumer e Nancy Pelosi, se disseram "chocados" com a proposição de Trump, depois de dias atrás, após almoço com o presidente, terem considerado estarem perto de um acordo que preservasse os chamados "sonhadores" de Obama, que com uma mão provera uma anistia parcial, e com a outra expulsou 2,7 milhões de imigrantes. Se um acordo não for alcançado – o decreto de Obama foi revogado por Trump no mês passado – milhares de "sonhadores" que chegaram quando crianças começariam já em março a perder a proteção contra deportação e a permissão para trabalhar legalmente.

Em entrevista ao programa de rádio Democracy Now, de Amy Goodman, o advogado – e "sonhador" – Cesar Vargas, ele próprio prestes a perder a proteção legal, denunciou que o que Trump está buscando é "ampliar como deportar, deter e atingir mais imigrantes". Ele acrescentou que no caso dos "sonhadores" está perigosamente sendo alimentada "uma narrativa de imigrante bom contra imigrantes malvados", e "melhores educados versus crianças centro-americanas". Vargas repudiou a chantagem sobre quem acreditou na lei de Obama, dizendo que Trump está "me pedindo para ser cúmplice em deportar minha própria mãe em troca de um cartão verde, e esse acordo tóxico é simplesmente um que não podemos aceitar".

ANTONIO PIMENTA



Muro que separa México e EUA na cidade de Tijuana

Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil - 9

Continuação da edição de 11 e 12 de outubro

Diante da mudança de endereço da família real – chamemos assim – como reagiu o povo português? Nosso interesse, aqui, não é a história de Portugal, exceto naquilo que foi importante para a formação dos homens da Independência, em especial, José Bonifácio

CARLOS LOPES

José Bonifácio combateu na resistência à invasão francesa de Portugal. É necessário expor o significado histórico desse ato – o que é, também, expor a sua importância na formação da personalidade política do Andrada, que foi, no Batalhão Acadêmico, major, tenente-coronel e comandante da defesa de Coimbra.

A resistência aos franceses teve origem unicamente popular – contra a posição da nobreza, e, inclusive, a da Coroa: antes de partir para o Brasil, o príncipe regente D. João decretava que “a defesa contra as tropas do imperador seria mais nociva que proveitosa” (cf. Abílio Pires Lousada, “A invasão de Junot e o levantamento em armas dos camponeses de Portugal. A especificidade transmontana.”, Revista Militar, nº 2482/novembro de 2008, Lisboa).

NÚMEROS

Não é conhecido, ao certo, o número de nobres – e sua criadagem – que vieram com D. João para o Brasil. As estimativas variam entre 521 (420 membros da corte mais 101 oficiais da Marinha portuguesa) e 15.000 (quinze mil), o que deve ser um recorde de margem de erro.

O professor e arquiteto Nireu Oliveira Cavalcanti, de quem procede a estimativa mais baixa, argumenta, convincentemente, que a estimativa maior (15 mil) é inverossímil, pois esse número significaria que, em 40 horas, nada menos que 8% da população de Lisboa embarcou em 16 navios, além dos que traziam “as tralhas” e dos quatro navios ingleses que chegaram, com a comitiva, ao Brasil (cf. o interessante – sob mais de um aspecto – artigo de Nireu Oliveira Cavalcanti, “A reordenação urbanística da nova sede da Corte”, RIHGB nº 436, jul./set., 2007, pp. 149-199; v., também, do mesmo autor, o importante livro “O Rio de Janeiro Setecentista - A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte”, Zahar, 2003).

O autor documenta, também, o famoso “Ponha-se na Rua” (as iniciais PR. - Príncipe Regente – eram afixadas nas casas que a nobreza recém-chegada requiritava aos brasileiros; daí, PR. ser conhecido como “ponha-se na rua”). Trata-se do “direito de aposentadoria” – que nada tem a ver com a Previdência Social, que, evidentemente, não existia na época, mas com o “direito” da nobreza feudal de requisitar e ocupar aposentos, isto é, as casas de outros, quando em viagem.

Além da família real – composta por 14 pessoas, incluindo as crianças –, apenas 19 nobres, que vieram de Lisboa com D. João, tiveram esse “direito” no Rio de Janeiro, de acordo com a documentação recolhida ao Arquivo Nacional (cf. Nireu Oliveira Cavalcanti, art. cit., p. 155, nota).

Realmente, a fonte dos 15 mil portugueses que teriam saído de Portugal em 1807, com o então príncipe regente, é duvidosa: um oficial da marinha inglesa, o conde irlandês

Thomas O’Neill, que não estava presente na partida da família real, apesar de descrevê-la melodramaticamente – e até inventar um encontro do comandante francês, general Andoche Junot, com D. João (em seu “D. João VI no Brasil”, Oliveira Lima chamou o relato de O’Neill de “imaginosa narração”, apesar de conceder a ele um crédito de veracidade que não é coerente com esse conceito).

O Rio de Janeiro tinha, então, 7.500 imóveis urbanos. A chegada de 15 mil pessoas seria, portanto, uma comoção, para dizer o mínimo, mesmo com a suposição, pouco fundamentada, de que uma parte dessas pessoas pudesse ter ficado na Bahia, onde D. João primeiramente aportou, ou na Paraíba, onde arribou, antes do Rio, a nau D. João de Castro.

Mas é preciso acrescentar que parte da frota – inclusive três dos principais navios (as naus Rainha de Portugal, Príncipe do Brasil e Infante D. Henrique), com parte da família real – veio direto para o Rio de Janeiro, chegando a 17 de janeiro de 1808, enquanto D. João somente chegou a 7 de março (cf. o relato de uma testemunha do desembarque, o padre Luiz Gonçalves dos Santos, “Memórias para servir a história do reino do Brasil”, Imprensa Regia, Lisboa, 1825 – existe uma edição fac-similar publicada pela Câmara dos Deputados).

Não por acaso, alguns historiadores, sentindo o absurdo, transformaram os 15 mil viajantes em um absurdo pouco menor: 10 mil portugueses. Porém, trata-se de uma versão do texto de O’Neill, ainda que com um fator de correção.

Para reforçar as objeções à estimativa de 15 mil, as “tralhas” que a corte transportou nos navios eram imensas: “vieram para o Brasil todas as pratas preciosíssimas cinzeladas pelos Germain; toda a formosa biblioteca organizada por Barbosa Machado, milhares de volumes reunidos com inteligência e amor, que constituiriam o núcleo da nossa primeira livraria pública; até o prelo e tipos (estes verdadeiros que dizem estavam ainda por desencanaixotar) mandados vir de Londres para uma imprensa destinada ao serviço do Ministério de Estrangeiros e Guerra” (cf. Oliveira Lima, “D. João VI no Brasil”, ed. cit., pp. 47-48).

A biblioteca, por exemplo, era constituída por 60 mil volumes. Qualquer um que já tentou organizar uma quantidade até muito menor de livros, sabe o espaço que eles ocupam. Mas isso significava menos espaço para transportar pessoas.

Também Oliveira Lima transcreve trecho de uma carta de Junot à esposa, a duquesa de Abrantes: “Quanto aos diamantes brutos e talhados da coroa de Portugal, levaram tudo, até um pedaço de cristal que te recordarás de haver visto no gabinete de história natural de Lisboa, lapidado à imitação perfeita do famoso diamante de Portugal”.

O POVO

O objetivo desse apanhado sobre a viagem de D. João é conceber que parte – em termos de magnitude numérica – da nobreza lusitana veio com ele para o Brasil, e que



parte, nos mesmos termos, ficou em Portugal, para abordar uma importante questão política e histórica.

Diante da mudança de endereço da família real – chamemos assim – como reagiu o povo português? Nosso interesse, aqui, não é a história de Portugal, exceto naquilo que foi importante para a formação dos homens da Independência, em especial, José Bonifácio.

Existe um relato, publicado no Rio de Janeiro em 1821, do próprio organizador da viagem de D. João para o Brasil, Joaquim José de Azevedo, visconde do Rio Seco:

“O muito nobre e sempre leal povo de Lisboa, não podia familiarizar-se com a ideia da saída d’El-Rei para os Domínios Ultramarinos. Encarava o futuro, e além da orfandade, que descobria, ruminava no pensamento a série de males, que ameaçavam os horizontes da sua cara Pátria. (...) Vagando tumultuariamente pelas praças, e ruas, sem acreditar mesmo, que via, desafiava em lágrimas, e imprecações à opressão dolorosa, que lhe abafava na arca do peito o coração inchado de suspirar: tudo para ele era horror; tudo mágoa; tudo saudade; e aquele nome caráter de sofrimento, que tanto tem realçado acima dos outros povos, quase degenerava em desesperação!” (cf. “Exposição analítica, e justificativa da conducta, e vida publica do Visconde do Rio Seco”, Imprensa Nacional, 1821, pp. 3-4)

O visconde – que, aliás, ficaria no Brasil após a volta de D. João VI a Portugal (e receberia, no primeiro reinado, o título de marquês de Jundiá) – caracteriza a situação de Lisboa, às vésperas da partida do rei, como um “frenesi popular”.

Conta ele que, ao se aproximar do cais de Belém, foi “envolvido em uma nuvem de verdadeiros filhos, que desacordadamente lhe pediam contas do seu Chefe, do seu Príncipe, do seu Pai, como se ele fora o autor de um expediente, que tanto os flagelava! A nada se poupou para serenar a multidão; desculpas oficiosas, protestações sinceras de que ele nada influiu para tais sucessos, preces, rogos, tudo era perdido para um povo, que no seu excesso de dor o caracterizava de instrumento do seu martírio, sem se abster de o sentenciar de traidor!”.

D. João saiu de Lisboa para o mar no dia 29 de novembro de 1807. No dia seguinte, as tropas de Junot – mescla mais espanhola que francesa – entraram na cidade. Poucos dias depois, o frenesi, de que falava o visconde de Rio Seco, transformou-se em revolta popular:

“Em meados de dezembro estalam motins em Lisboa ao ser hasteada a bandeira francesa no Castelo e nos navios que tinham sido deixados no

Tejo. O sangue corre. A missa de Natal será proibida para evitar ajuntamentos. Ao mesmo tempo alguma agitação nas tropas portuguesas que tinham ficado no Reino leva ao decreto de Junot reduzindo o nº de regimentos – na prática quase todo o exército é licenciado. (...) As armas e os cavalos ficam ao serviço dos invasores. É imposta uma contribuição de 100 milhões de francos a Portugal” (cf. João Paulo Ferreira da Silva, “Primeira Invasão Francesa 1807-1808: A invasão de Junot e a revolta popular”, Academia das Ciências de Lisboa, 2012, p. 8).

O país todo – sobretudo o campesinato – levanta-se em insurreição contra os franceses. Estes, reagem com uma brutalidade que parece não ter limite, bem exemplificada pela proclamação do general francês Kellerman aos alentejanos: “habitantes do Alentejo: Beja tinha-se revoltado, Beja já não existe. Os seus criminosos habitantes foram passados a fio de espada e as suas casas entregues à pilhagem e ao incêndio” (op. cit., p. 10).

Porém, apesar do banho de sangue, em agosto de 1808 os franceses foram obrigados a sair – para sempre – de Lisboa.

OS NOBRES

Enquanto isso acontecia no país inteiro, como se portava a nobreza lusitana?

Pouco antes da invasão, escrevendo a um amigo, o último rebento dos Távora, Pedro José de Almeida Portugal, 3º marquês de Alorna e 6º conde de Assumar – cujos avós foram executados no processo de 1759 e “reabilitados” após a queda do marquês de Pombal – dizia:

“Achas que os franceses comprarão as nossas fábricas, para depois as queimarem, como fizeram os ingleses? Não, não. Se nos tornarmos não somente aliados da França, mas federados com ela, fique certo que ela pensará em nós como a Inglaterra o fez a Utrecht e recentemente. E que mal pode haver de nos aproximarmos dos franceses? Se tivéssemos abraçado a sua causa na sucessão de Espanha, no princípio do século XVIII, o país seria agora mais comprido e mais largo...” (v. José Norton, “O Último Távora”, Dom Quixote, Lisboa, 2007).

Na mesma carta, Alorna diz que “nada queria com política”. Sob a ocupação francesa, tornou-se comandante da Legião Portuguesa, que integrou o exército de Napoleão na invasão da Rússia.

Não era um caso isolado na velha aristocracia lusitana – a parte que não fugiu para o Brasil, aderiu em massa a Napoleão, mesmo com o povo português em revolta, e, muitas vezes, massacrado:

“Um dos espetáculos mais tristes da invasão de Portugal foi a inutilidade da nobreza e a sua enternece-

dação ao conquistador. Numerosa deputação, quase toda composta de gente de alta estirpe, marchou para Bayonne, a fim de dar-lhe todas as mostras de fidelidade. Eram nomes dos mais em vista nas eminências da corte: os Marqueses de Penalva, Marialva, Valença e Abrantes, o Conde de Sabugal, o Visconde de Barbacena, o inquisidor-mor, o Bispo de Coimbra, o prior-mor da ordem de São Bento de Aviz, Dom Nuno Alvares, D. José (marquês de Abrantes), Silva Leitão, Joaquim Alberto Borges e o ex-embaixador em Paris, Dom Lourenço de Lima, filho do marquês de Ponte de Lima e que ali ficaria a servir de Secretário do Império para os negócios de Portugal.

“Não cabendo em si da honra que merecera de ser recebido pelo novo senhor, a deputação dirigia um manifesto aos seus compatriotas, onde não faltava requinte de bajulação ‘ao grande príncipe’ e ao seu ‘poderoso gênio’. A sua vista tinham compreendido o império que exercia no coração de todos. ‘Se alguma coisa pode igualar o seu gênio é a elevação da sua alma e a generosidade dos seus princípios’, exclamavam embevecidos e derretidos diante da ‘afabilidade verdadeiramente paternal’, que traduzia o amor por ele consagrado aos que tinham a fortuna de ser seus súditos. Podiam enfim conhecer-lhe os intuitos e proclamá-los; só agora sabiam a condição sob a qual tinham vivido e por isso cabia-lhes exprobar o procedimento do senhor, a quem até a véspera haviam servido: ‘o Imperador não pode consentir uma colônia inglesa no continente; não pode, nem quer deixar aportar a Portugal o Príncipe que o deixou, confiando-se na proteção de navios ingleses’. Mas também o Imperador não sabia ainda que sorte mereciam os portugueses; primeiro queria julgar se ‘eram dignos de formar uma nação!’

“Publicado esse manifesto, compôs-se em Lisboa, por ordem de Junot, outra comissão, representativa das classes; e reunidos todos à Junta dos Três Estados, assinaram uma representação ao Imperador para traduzir a sujeição do povo inteiro. Assinaram-na todos os titulares e fidalgos que se achavam na capital. Só um, o Marquês de Minas, recusou-lhe a firma.

“Era a mesma linguagem da deputação de Bayonne. Todos acolhiam-se ‘debaixo da magnânima proteção do herói do mundo, do árbitro dos reis e dos povos’. Esperava a nação ‘formar, um dia, parte da grande família de que S. M. era o pai benéfico’ e suplicava-lhe tamanha graça. Todos os portugueses achavam-se tomados de admiração, respeito e reconhecimento pelo herói e achavam-se ‘convencidos de que Portugal não podia conservar a sua independência, animar as suas energias



Embarque da família real portuguesa até os navios para o Rio de Janeiro. Pintura de Nicolas Louis Albert Delerive

e o caráter da sua própria dignidade, sem recorrer às benévolas disposições de S. M.’. Seriam ditosos ‘se pudessem ser considerados dignos de ser contados no número dos seus fiéis vassallos’; mas se não pudessem ‘lograr esta felicidade’, concluíam de mãos postas: ‘seja V. M. quem nos dê um príncipe da sua escolha’” (Tobias Monteiro, “A Elaboração da Independência”, ed. cit., pp. 188-189).

Resta dizer que todos os traidores, aderentes à Napoleão, foram perdoados pela Coroa depois que os franceses saíram do país – e os ingleses o ocuparam.

CAPITULAÇÃO

Existe, hoje ainda, uma intensa polêmica em Portugal sobre a fuga de D. João. Porque o exército de Junot que chegou a Lisboa era uma tropa mal armada, com uma única boca de fogo por artilharia, com soldados descalços e em farrapos. Mas não houve resistência ao seu avanço.

Um historiador militar português descreve assim a invasão:

“Com o exército ‘partido’, roto e faminto, Junot atingiu Castelo Branco (20 Novembro) de pilhagem em pilhagem, no limiar da subsistência. As dificuldades aumentaram na marcha para Abrantes (onde chegaram a 22 de Novembro), ‘com a difícil passagem do Zêzere, (...) a desolação da terra e a pobreza dos habitantes’, agravadas por um Inverno particularmente rigoroso e chuvoso. Mais do que uma força militar conquistadora e temida, que se apressava para ‘libertar o país da pernicioso tutela dos ingleses’, como proclamava Junot, o exército francês parecia pedir clemência e estar à beira do fim, a largos quilômetros de atingir Lisboa” (cf. Abílio Pires Lousada, “A invasão de Junot e o levantamento em armas dos camponeses de Portugal. A especificidade transmontana.”, Revista Militar, nº 2482/novembro de 2008).

Pior ainda quando esse exército chegou a Lisboa:

“Uma chegada, para não variar, debaixo de intempérie, entrando na capital portuguesa a conta gotas, com uma vanguarda a rondar os 1.500 soldados, em estado miserável e parecendo alguns deles autênticos cadáveres vivos. Ou seja, o temido ‘Exército da Gironda’ transformou-se ‘num bando de maltrapilhos disfarçado de penachos e galões de meia dúzia de generais escudados na fama de Napoleão’.”

O autor nota que esse exército somente pôde atravessar Portugal devido “sobretudo, à quase total ausência de resistência. Este foi o legado do regente Dom João (...), vincando a preocupação em evitar escusado derramamento de sangue e a depredação das localidades. Semelhante atitude mostravam as ‘pastorais’ das autoridades religiosas nacionais, sugerindo à população ‘toda a quietação e auxílio às tropas francesas’.”

Continua na próxima edição